

DIRETRIZES PARA A
REINTEGRAÇÃO
DE CRIANÇAS



O grupo interinstitucional
sobre a reintegração de crianças

DEDICATÓRIA

Dedicamos estas diretrizes à memória de Alison Lane, da JUCONI, México, e Indrani Sinha da Sanlaap, Índia, ambas membros do grupo principal que criou estas diretrizes. Através de seu trabalho incansável com crianças vulneráveis no México e na Índia, elas nos mostraram que é possível reintegrar crianças de forma eficaz, mesmo nas mais difíceis circunstâncias. As suas visões de como habilitar as crianças para voltar às suas vidas em família são refletidas nestas diretrizes.

CONTEÚDOS

Agradecimentos	i
Prefácio	ii
1. Introdução	1
1.1 Por que estas diretrizes são importantes	1
1.2 Definindo a reintegração e o escopo das diretrizes	1
1.3 Como estas diretrizes foram desenvolvidas	2
1.4 Como usar as diretrizes	2
2. A reintegração nas estruturas jurídicas e políticas internacionais	3
3. Princípios	4
3.1 Priorizar a unidade familiar e ser centrada na criança	4
3.2 Incorporar a reintegração em sistemas mais extensos de proteção das crianças	5
3.3 Usar uma abordagem baseada nos direitos	8
3.4 Não prejudicar	9
3.5 Envolver uma variedade de partes interessadas	10
4. Trabalhando com crianças e famílias individualmente	13
4.1 O trabalho de assistência e o ritmo do processo de reintegração	13
4.2 As etapas do processo de reintegração	14
4.2.1 Delineamento, avaliação e planejamento	16
Avaliação da criança	16
Localização da família e Determinação dos Melhores Interesses	16
Avaliação da família	18
Avaliação da comunidade	19
Desenvolvendo um plano	19
4.2.2 A preparação das crianças e das famílias	21
Garantindo um ambiente acolhedor antes da reintegração	21
Combatendo a discriminação e problemas de identidade	22
Abordando abuso, negligência, violência e exploração na família	23
Respondendo às necessidades da saúde mental e física, respondendo ao vício	23
Apoiando às crianças com deficiências	24
Planejando a educação e a capacitação	25
Fortalecimento econômico das famílias e apoio material	26
Outras formas de apoio	27
Determinando quem irá realizar o monitoramento e o acompanhamento de apoio	27

4.2.3 O contato inicial da criança com a família e a reunificação	28
Contato inicial com as famílias	28
Reunificação familiar	29
4.2.4 Apoio após a reunificação	31
Monitoramento do bem-estar da criança	31
Acompanhamento de apoio	32
Reunificação espontânea ou repentina	33
Estratégias de reintegração e prevenção de separação	33
4.2.5 Fechamento do caso	34
5. Trabalhando através das comunidades e das escolas	35
<hr/>	
5.1 Trabalhando com as comunidades	35
5.2 Trabalhando com as escolas	36
6. Monitoramento e avaliação	37
<hr/>	
7. Conclusão e recomendações políticas	41
<hr/>	
Glossário dos principais termos	42
Referências	44
Anexo 1: O processo de desenvolvimento das diretrizes e as agências envolvidas	47

AGRADECIMENTOS

Estas diretrizes foram escritas por Emily Delap, da Family for Every Child, e Joanna Wedge (consultora) em nome do Grupo Interinstitucional sobre a reintegração de crianças. O processo do desenvolvimento das diretrizes foi determinado por um grupo principal de 14 agências presidido pela Family for Every Child e incluiu representantes das seguintes agências:

Better Care Network, CESVI, CPC Learning Network, ECPAT, Faith to Action Initiative, Friends International, Juconi Foundation, Maestral, Next Generation Nepal, Retrak, Save the Children, USAID, World Vision e UNICEF.

Um total de 127 indivíduos de 66 agências contribuiu para o desenvolvimento das diretrizes (veja Anexo 1 para mais detalhes). Agradecemos em particular Retrak, Partnerships for Every Child Moldova, Friends International, Sanlaap e CESVI por organizar consultas sobre as diretrizes. Payal Saksena também ofereceu amplo apoio ao organizar reuniões e analisar os comentários sobre as diretrizes.

PREFÁCIO

Um futuro livre do medo e da violência é a nobre visão da Agenda para 2030 sobre Desenvolvimento Sustentável, adotada pelas Nações Unidas em setembro de 2015. Baseada na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e nas recomendações do Estudo das Nações Unidas sobre Violência contra Crianças, a nova agenda global compromete-se a fornecer às crianças um ambiente acolhedor, que propicie a plena realização dos seus direitos e capacidades e inclui um alvo específico - 16.2 - pedindo o fim de todas as formas de violência contra as crianças, sem deixar nenhuma criança para trás. Mas entre os milhões de crianças que já estão sendo deixadas para trás, estão as que são separadas de suas famílias devido à pobreza, aos conflitos ou à falta de acesso a escolas perto de casa. Estas crianças podem ser forçadas a migrar por trabalho, ou viver sozinhas nas ruas, e muitas languescem em acolhimento institucional por anos. A proteção destas crianças separadas contra a violência e o abuso que muitas vezes enfrentam nestas situações difíceis pode ser reforçada pela reintegração de volta em suas famílias. A legislação e as políticas internacionais reconhecem a importância da reintegração de crianças separadas de volta para as famílias e as comunidades, ao mesmo tempo mantendo em mente os melhores interesses da criança. No entanto, faltavam orientações abrangentes sobre o que precisa ser feito. Como resultado, as políticas muitas vezes não são coerentes, as práticas de programação variam em qualidade e os investimentos em reintegração tem sido inadequados. Estas diretrizes são uma ferramenta valiosa para superar esses desafios, para promover um ambiente familiar acolhedor e para reforçar a proteção das crianças. Elas foram desenvolvidas ao reunir os maiores protagonistas em proteção de crianças, para juntar suas experiências e desenvolver orientações práticas e acessíveis sobre a reintegração das crianças e suas famílias. Espero que estas importantes diretrizes sejam amplamente compartilhadas e usadas por todos os níveis governamentais e da sociedade civil, ajudando assim a realizar a visão de um mundo onde cada criança cresça segura em um ambiente familiar acolhedor e livre de violência.

Marta Santos Pais

Representante especial do Secretariado Geral das Nações Unidas sobre Violência contra crianças

Estas diretrizes oferecem uma estrutura para pessoas procurando assegurar o cuidado familiar para crianças. Crianças fora do cuidado familiar enfrentam desvantagens significativas: podem experimentar problemas de desenvolvimento e danos psicológicos duradouros, podem ser menos prováveis de comparecer ou ter bom desempenho na escola e podem ser banidas de redes sociais das quais precisam para ter sucesso na idade adulta. Tendências globais associadas com separação de crianças, incluindo a pobreza, o conflito e a migração em massa, estão separando crianças em todas as regiões, fazendo com que estas diretrizes sejam amplamente relevantes. Ser banido de uma vida em família não apenas viola os direitos das crianças como também enfraquece a sociedade como um todo. Se a separação de crianças não for abordada de forma eficaz, prejudicará as metas de desenvolvimento nacional, desde a educação até ao crescimento. Estas diretrizes baseiam-se em evidência sólida, desenvolvida através de extensa pesquisa, a qual explorou boas práticas na reintegração de crianças separadas em emergências, crianças que foram soldados, crianças de rua, crianças institucionalizadas, crianças migrantes e crianças que foram traficadas. Elas são uma ferramenta valiosa para os decisores políticos, os que desenvolvem os programas e demais profissionais, oferecendo um trajeto vital para as crianças sendo reintegradas.

Neil Boothby PhD.

Allen Rosenfield, Professor

Mailman School of Public Health (Escola Mailman de Saúde Pública)

Universidade de Columbia

1. INTRODUÇÃO

1.1 Por que estas diretrizes são importantes

É amplamente reconhecido que uma família segura e estável é o ambiente ideal para o crescimento e o desenvolvimento de meninas e meninos.¹ Todos os esforços possíveis devem, portanto, ser feitos para reintegrar nas suas famílias e comunidades os milhões de crianças no mundo que estão atualmente separadas². A reintegração familiar é o que a maioria destas crianças e famílias querem (BCN et al. 2013) e a perda do cuidado familiar pode ter um impacto fundamental no bem-estar e no desenvolvimento da criança (Family for Every Child 2014b). Apesar da importância da reintegração familiar, até agora, carecem orientações sólidas para a reintegração segura e eficaz. Estas diretrizes tentam preencher esta lacuna. Elas exploram os princípios transversais de boas práticas na reintegração das crianças e oferecem orientações para elaborar um programa para trabalhar com crianças, famílias, escolas e comunidades. Destinam-se principalmente aos gestores de programas de proteção de crianças em contextos de baixos e médio-baixos rendimentos, embora se espera que os decisores políticos e pessoas trabalhando em ambientes de maior renda também as achem informativas.

1.2 Definindo a reintegração e o escopo das diretrizes

Para efeitos das presentes diretrizes, a reintegração é definida como:

“O processo de uma criança separada fazendo o que se espera ser uma transição permanente de volta para sua família e comunidade (normalmente a de origem), para que possa receber proteção e cuidado além de encontrar o sentimento de pertencer e o propósito em todas as esferas da vida.”³

Assim, estas diretrizes vão além da mera reunificação física da criança com a sua família, considerado como um processo de longo prazo na formação de vínculos e apoio entre a criança reunificada e a sua família e comunidade. Estas diretrizes abrangem a reintegração de volta às famílias de origem⁴ e não cobrem a colocação em acolhimento alternativo ou novas famílias através de adoção ou práticas semelhantes. Também não oferecem detalhes de apoio às crianças que retornam para as comunidades para viver independentemente das suas famílias. Reconhece-se que para algumas crianças o retorno às suas famílias pode não estar em seus melhores interesses e que em alguns casos a reintegração familiar falha. Nestes casos, acolhimento alternativo, adoção ou viver de forma independente sendo supervisionados pode ser necessário. No entanto, abranger as complexidades das melhores práticas nestas áreas também foge do escopo destas diretrizes.⁵

As Diretrizes se destinam a melhorar a reintegração de todos os grupos de crianças separadas em situações de emergência ou não, como as que estão saindo do acolhimento residencial, centros de detenção ou outras instituições, as que estão retornando para as suas famílias do acolhimento familiar ou das ruas e as crianças que migraram por trabalho, foram vítimas de tráfico ou usadas como soldados. As diretrizes podem ser usadas para apoiar a reintegração de crianças afetadas por conflitos e a reintegração transfronteiriças, incluindo a reintegração de crianças refugiadas que foram separadas das suas famílias. Deve-se observar que

1. Veja a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, no preâmbulo (ONU 1989).

2. A Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança define crianças como meninos e meninas com idade inferior a 18 anos de idade, e, como tal, estas diretrizes se aplicam a todos os indivíduos com idade inferior a 18 anos.

3. Veja BCN et al. (2013) para mais discussões sobre esta definição. É importante notar que reintegração é diferente de "reunificação", a qual se refere apenas ao retorno físico da criança.

4. Isto inclui o retorno aos pais ou aos membros da família estendida.

5. Para orientações sobre acolhimento alternativo, veja as Diretrizes para Acolhimento Alternativo de Crianças (ONU GA 2010).

as diretrizes não podem oferecer orientações detalhadas sobre as necessidades específicas de diferentes grupos de crianças em reintegração e não tentam explorar a reintegração transfronteiriça em profundidade.

1.3 Como estas diretrizes foram desenvolvidas

As diretrizes foram desenvolvidas por um grupo interinstitucional sobre a reintegração das crianças. O grupo foi formado em 2011 para pesquisar e promover práticas promissoras que apoiem a reintegração familiar. Este documento baseia-se em “Reaching for Home” (em português “Encontrando um lar” (BCN et al. 2013)) uma extensa revisão literária, a qual agrupou conhecimento sobre reintegração de uma variedade de agências, bem como de consultas com 158 crianças, 127 prestadores de serviço e decisores políticos de 66 organizações não-governamentais, doadores, organizações religiosas e agências das Nações Unidas em mais de 20 países. O Anexo 1 oferece mais detalhes sobre as agências consultadas no desenvolvimento destas diretrizes e no processo de elaboração.

1.4 Como usar as diretrizes

Apesar desta orientação ser relevante para todas as crianças separadas, sua aplicação varia dependendo do contexto, das circunstâncias e das experiências de grupos específicos de crianças. É vital para quem usar as diretrizes aderir aos princípios gerais que nelas estão incluídos, mas adaptá-las cuidadosamente aos detalhes de aplicação. Como discutido abaixo, colaboração é essencial para assegurar a reintegração bem-sucedida. O dever primordial dos governos é assegurar que todas as crianças separadas recebam cuidado apropriado; assim, os protagonistas da área de proteção das crianças são particularmente encorajados a trabalhar de forma coordenada com os governos.

As diretrizes podem ser usadas de diversas maneiras, incluindo:

- um documento de referência para a elaboração dos programas e medição do impacto;
- um recurso ao desenvolver pedidos de subsídios ou materiais de treinamento;
- uma ferramenta para apoiar governos, doadores e outros prestadores de serviços em seus esforços para reintegrar as crianças;
- ser base para o contexto ou orientações, políticas ou normas específicas por agência.

Cada seção das diretrizes começa com um breve resumo que destaca seus pontos principais. Segue-se uma explicação mais detalhada no texto e ainda mais informações adicionais nos quadros de texto. Ao longo do documento, há também exemplos nos quadros explorando o processo de reintegração em diferentes contextos e com crianças de várias origens. Estes são apenas exemplos e não visam cobrir toda a gama de experiências. Em vez disso, os exemplos visam despertar a reflexão em maneiras de melhorar as intervenções. Onde relevante, orientações mais detalhadas e globais são referenciadas em nota de rodapé; além disso, as agências são incentivadas a consultar a legislação e as orientações nacionais. Esforços têm sido feitos para manter as diretrizes as mais concisas possível, enfatizando o que precisa ser feito em vez de fornecer todos os detalhes sobre a forma como os processos de reintegração devem ser apoiados.

As diretrizes estabeleceram muitos desafios, tanto para funcionários individualmente como para as agências como um todo. Ao enfrentá-los, os protagonistas na área da proteção de crianças estarão melhor equipados para ajudar as crianças separadas a obter seus direitos, e fazê-lo de forma que fortaleça os sistemas locais de proteção da criança para todos os meninos e meninas vulneráveis.

A REINTEGRAÇÃO NAS ESTRUTURAS JURÍDICAS E POLÍTICAS INTERNACIONAIS

Resumo

As diretrizes foram construídas sobre as estruturas jurídicas e políticas internacionais, oferecendo mais detalhes sobre como colocar em prática os princípios incluídos em tais estruturas. As estruturas internacionais existentes destacam os princípios da unidade familiar, a participação infantil e o agir sempre em prol dos melhores interesses da criança. Elas destacam a necessidade de investir em esforços adequados para apoiar a reintegração.

Estas diretrizes são baseadas em estruturas jurídicas e políticas internacionais existentes para a reintegração de crianças, incluindo:

- A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CNUDC) (ONU 1989);
- As Diretrizes para o Acolhimento Alternativo de Crianças, saudado saudadas pela ONU em 2009 (ONU GA 2010);
- Princípios Orientadores interinstitucional Interinstitucionais sobre para Crianças Desacompanhadas e Separadas (ICRC, IRC, Save the Children, UNICEF, UNHCR e World Vision 2004);
- As Regras da ONU para a Proteção de Jovens Privados de sua Liberdade (ONU 1990);
- O Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente de Mulheres e Crianças (ONU 2000);
- Requisitos Mínimos para a Proteção da Criança em Ação Humanitária (CPWG 2012).

Juntos, estes documentos destacam:

- que a jornada de cada criança é exclusivasingular;
- que os princípios de apoio à reintegração familiar, tais como os da unidade familiar, devem sempre agir em prol dos melhores interesses da criança e envolver a participação delas;
- que a reintegração não é um evento único mas um processo, com o apoio para a reintegração exigindo um investimento financeiro e de funcionários significativos ao longo do tempo;
- que o apoio à reintegração requer o fortalecimento familiar, para abordar as causas subjacentes da separação;
- que o apoio à reintegração pode ser um esforço extremamente complexo, requerendo que a equipe tenha uma atitude aberta e de apoio, bem como uma variedade e profundidade de habilidades;
- a necessidade de apoio intersetorial para a reintegração (e, portanto, a necessidade de coordenar e colaborar com colegas que trabalham com educação, saúde, meios de subsistência, etc.).

Estruturas internacionais já existentes oferecem um ponto de partida útil, mas não fornecem os amplos detalhes necessários para enfrentar os múltiplos desafios associados com a reintegração das crianças. Este documento visa proporcionar aos protagonistas na área da proteção de crianças essa orientação mais clara e detalhada.

3.

PRINCÍPIOS

3.1 Priorizar a unidade familiar e ser centrada na criança

Resumo

É fundamental reconhecer a importância central da unidade familiar para o bem-estar e o desenvolvimento da criança e explorar ativamente a reintegração com a família de origem da criança como a primeira prioridade a ser seguida. As famílias e as crianças devem estar no centro de todos os esforços de apoio à reintegração.

Governos, ONGs, agências da ONU e demais pessoas com a responsabilidade de abordar os direitos das crianças devem reconhecer a importância central da unidade familiar para o bem-estar e o desenvolvimento da criança. Isto significa que é vital explorar ativamente como primeira prioridade a reunificação com as famílias de origem, e ao mesmo tempo, reconhecer que a reunificação nem sempre reflete os melhores interesses da criança (ver seção 4.2.1 para mais detalhes sobre a tomada de decisões em reintegração). Este princípio é importante por várias razões.

- Como observado acima e abaixo, o valor da unidade familiar é reconhecido pela lei internacional, incluindo a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (ONU 1989).
- A separação de famílias seguras e acolhedoras pode ser extremamente prejudicial para crianças. A falta de vínculo com um cuidador consistente prejudica o desenvolvimento da criança (incluindo o desenvolvimento cerebral), a separação é geralmente traumática e crianças separadas apresentam frequentemente um risco aumentado de abuso e exploração (McCall e Groark, 2015).
- As crianças separadas de suas famílias e comunidades podem perder um importante sentido de identidade cultural e ancestral (McCall e Groark, 2015).
- As crianças têm o direito de participar nas decisões que as afetam, e a reintegração é, muitas vezes, embora nem sempre, a sua preferência (BCN et al, 2013; Centre for Rural Childhood, 2013).

As famílias devem estar no centro de todos os processos de reintegração e envolvidas no processo de tomada de decisão em todas as etapas, baseando-se nos seus pontos fortes e abordando as fraquezas. Para assegurar que a reintegração seja bem-sucedida, é vital investir nas famílias tanto quanto se investe nas crianças. As crianças também devem estar no centro dos esforços de reintegração; elas devem ser escutadas e agir nos seus melhores interesses deve ser a principal consideração. Elas devem estar completamente engajadas em todas as etapas do processo.

3.2 A reintegração incorporada em sistemas mais extensos de proteção das crianças

Resumo

O apoio seguro e eficaz para a reintegração deve ser incorporado dentro dos sistemas mais abrangentes para proteger as crianças. Deve haver um financiamento adequado para apoiar a reintegração, legislação e orientação claras em todas as fases do processo de reintegração, e uma força de trabalho qualificada em bem-estar infantil que seja capaz de apoiá-la. No entanto, em contextos nos quais um sistema funcionando plenamente não exista, os esforços ainda devem ser feitos para apoiar a reintegração de crianças separadas. Em todos os casos, é importante trabalhar com todas as partes do sistema de proteção da criança, incluindo atores governamentais, grupos comunitários, líderes religiosos, as crianças e as famílias. Também é vital trabalhar com outros sistemas, tais como saúde, educação, justiça e proteção social.

As agências devem trabalhar em prol de sistemas de proteção à criança que funcionem corretamente e que possam apoiar adequadamente a reintegração de todos os grupos de crianças separadas. As agências devem também reconhecer as diversas vulnerabilidades das crianças, evitando focar em problemas ou grupos individuais (como tráfico ou crianças de "rua"). Sistemas de proteção à criança eficazes incluem os seguintes componentes (African Child Policy Forum et al., 2013; UNICEF et al. 2012).

- **Legislação nacional e orientação:** Deve haver políticas claras para todas as etapas do processo de reintegração e em outras áreas relacionadas (por exemplo, asilo, trabalho infantil, registro de nascimento, identidade jurídica, documentação) e os governos devem trabalhar para desenvolver e integrar políticas. Nos casos onde a legislação e a orientação adequadas não existem, a sociedade civil tem um papel de advocacia a desempenhar.
- **Uma força de trabalho competente em bem-estar infantil:** Provavelmente esta seja uma mistura de funcionários profissionais, para-profissionais e voluntários da comunidade;⁶ todos precisarão de habilidades específicas para contribuir eficazmente para os processos de reintegração. Equipes pagas e formadas por voluntários precisam de certas competências e abordagens profissionais (ver Quadro 1, abaixo). As agências são incentivadas a prestarem cuidadosa atenção à diversidade de suas forças de trabalho (isto é, etnia, sexo, orientação sexual, fé). Esforços devem ser feitos para incentivar a retenção de pessoal, permitindo assim a existência de relacionamentos contínuos com crianças e famílias. Em alguns casos, pode ser necessário o uso de apoio externo para estimular as capacidades locais.
- **Alocações de recursos e gestão fiscal adequados:** Apoio à reintegração de qualidade pode custar caro, mas pode ter efeitos positivos dramáticos a curto e a longo prazo, para a criança e família individualmente (e às vezes para a comunidade em geral). Os orçamentos devem refletir todos os custos associados com a reintegração de crianças. Se os fundos são insuficientes, as organizações são incentivadas a solicitar um financiamento maior e proativamente considerar como atender as necessidades da criança até a reintegração ser concluída, mesmo que os fundos externos falhem, pois é perigoso reintegrar uma criança sem acompanhamento de apoio adequado nem monitoramento. Os doadores são incentivados a apoiar os governos a cumprirem com sua responsabilidade de reintegrar as crianças. Os doadores devem também oferecer flexibilidade de financiamento para permitir que a reintegração ocorra no ritmo próprio de cada criança e não devem estabelecer metas que incentivem que a reintegração seja feita de forma apressada ou se concentrem em quantidade em detrimento da qualidade. A fim de minimizar o estigma, maximizar os benefícios para as populações em situação de risco e evitar uma eventual separação, as agências são encorajadas a programar o máximo possível, de forma que beneficie todas as crianças da comunidade para onde uma criança retorna e alocar recursos adequadamente.

6. O serviço social ou a força de trabalho para o bem-estar da criança pode ser amplamente definido para descrever uma variedade de trabalhadores (remunerados ou não, governamentais ou não) que formam o pessoal do sistema de serviço social e contribuem para o cuidado das populações vulneráveis. O sistema de serviço social é definido como o sistema de intervenções, programas e benefícios que são fornecidos por atores governamentais, da sociedade civil e da comunidade, para garantir o bem-estar e a proteção de indivíduos e famílias social ou economicamente desfavorecidos. O termo "equipe" é usado para referir à totalidade destes atores (ver <http://www.socialserviceworkforce.org/>).

- **Prestação de serviços e trabalho de assistência:** Como discutido na seção 4 abaixo, a reintegração de crianças com suas famílias exige um trabalho individual com crianças e famílias, bem como uma variedade de serviços.
- **O engajamento de um conjunto de atores:** Os governos têm a responsabilidade global em coordenar os esforços de reintegração, atribuir o financiamento adequado à reintegração e assegurar que os esforços sejam devidamente monitorados. As ONGs, os grupos comunitários, as famílias e as próprias crianças também desempenham papéis fundamentais. Esses atores proporcionam muitos pontos fortes nos processos de reintegração e contam-se particularmente com eles em casos onde as estruturas governamentais são inadequadas ou corruptas.
- **Colaboração com outros sistemas:** Visto que a reintegração segura e eficaz é afetada por fatores como a pobreza e o acesso à escola, é importante projetar e implementar programas em colaboração com atores de outros setores, como a educação, a proteção social, a justiça, o fortalecimento econômico, o cumprimento da lei e a saúde.
- **Normas sociais de apoio:** A discriminação de certos grupos de crianças em reintegração, ou normas que não conseguem reconhecer a importância da família, podem prejudicar os esforços de reintegração. Isto é discutido em mais detalhe na seção 5.1.
- **Monitoramento e coleta de dados:** É vital ter evidências de alta qualidade nas quais basear as decisões sobre a programação de reintegração. Isto é discutido em mais detalhe na seção 6.

Embora seja vital que as agências trabalhem com o objetivo de desenvolver um sistema de proteção à criança operacional como descrito acima, a ausência de um sistema de proteção à criança operacional e bem financiado não deve ser usada como uma desculpa para não apoiar a reintegração das crianças de forma eficaz. As agências são incentivadas a se basearem nos pontos fortes que existem em todos os contextos e a encontrarem maneiras criativas de apoiar a reintegração das crianças de forma que respondam às realidades locais; por exemplo, através do uso de grupos comunitários ou voluntários treinados. O exemplo 1 abaixo oferece detalhes dos esforços para a reforma do sistema de proteção da criança no Camboja, para assim melhor apoiar a reintegração das crianças.

Quadro 1: Exemplos de habilidades, qualidades e abordagens da equipe de atendimento para apoiar a reintegração eficaz

Para apoiar a reintegração eficaz, a equipe precisa ter um conjunto de competências técnicas e adotar abordagens adequadas à reintegração. Por exemplo, a equipe precisará ser capaz de fazer o seguinte:⁷

- **Reconhecer a diversidade:** As experiências de separação e reintegração das crianças variam muito, dependendo de fatores como idade, sexo, causas da separação, experiências durante a separação (como discriminação étnica) e a situação atual da família.
- **Desenvolver com a criança um relacionamento afetuoso mas profissional:** Saber que podem contar com um adulto acolhedor que claramente as valoriza e dá a elas um sentido de pertencimento permite que as crianças assumam plenamente seu papel no processo e exponham suas preocupações. A confiança e a continuidade são essenciais para a formação desse relacionamento.
- **Reconhecer os desafios que as crianças e as famílias enfrentam no processo de reintegração:** Por exemplo, as crianças podem estar preocupadas quanto a mudarem de um programa acolhedor e com bons recursos para um apoio precário em casa, deixarem seus pares, ou não mais ganharem dinheiro. As famílias podem temer a mudança na dinâmica familiar devida ao retorno da criança ao ambiente familiar, ou os desafios em alimentar mais uma pessoa.
- **Ajudar as crianças a se expressarem:** Esse tipo de apoio inclui encorajar as crianças a verbalizarem preocupações e assegurá-las de sua capacidade de tomar decisões e construir um

7. Esta é uma lista ilustrativa e não exaustiva. Para mais detalhes sobre as competências necessárias para a equipe de atendimento, acesse, por exemplo, as estruturas desenvolvidas pela Aliança Global da Força de Trabalho dos Serviços Sociais. <http://www.socialserviceworkforce.org/system/files/resource/files/Para%20Professional%20Guiding%20Principles%20Functions%20and%20Competencies.pdf>

maior senso de poder e controle em suas vidas. Especialmente em contextos nos quais pode ser perigoso expressar-se publicamente, a equipe é responsável por criar um espaço seguro e reservado. Mesmo crianças muito novas ou com deficiências que afetam sua capacidade de se expressarem são capazes de participar de decisões, embora os gestores precisem fornecer aos funcionários mais tempo e habilidades para apoiá-las.

- **Identificar e desenvolver os pontos fortes:** Ajudar as crianças, as famílias e as comunidades a identificarem seus próprios recursos humanos e financeiros e a desenvolverem uma estratégia para desenvolvê-los.
- **Criar propriedade local:** É essencial estimular a responsabilidade da comunidade pela criança que está regressando. Isso pode ocorrer de diversas maneiras: por exemplo, apoiadores locais falando sobre reintegração, apoio dos pares a determinadas famílias e crianças e/ou papéis específicos para a comunidade e líderes religiosos. Aqui é importante reconhecer que o estigma pode ser uma barreira importante para a reintegração e que o engajamento da comunidade é particularmente importante para abordar esse estigma.
- **Agir de maneira culturalmente consciente:** É importante identificar soluções que impulsionem métodos locais de cuidados e proteção e que estejam de acordo com os valores e crenças das crianças, famílias e comunidades. A equipe precisará ser capaz de negociar soluções de maneira cuidadosa quando os melhores interesses da criança estiverem em conflito com valores ou práticas locais.

Além disso, a equipe precisará de determinadas qualidades para trabalhar bem na reintegração da criança, incluindo empatia, respeito, paciência, perseverança e flexibilidade.

Exemplo 1: Desenvolvendo sistemas de proteção à criança para apoiar a reintegração no Camboja

No Camboja, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development, USAID) financiou a UNICEF e a ONG Friends International para colaborarem com o Governo do Camboja no desenvolvimento e no fortalecimento de sistemas de proteção à criança que apoiem a reintegração familiar. As alterações incluíram: o desenvolvimento de políticas, orientação e pesquisas para apoiar a desinstitucionalização e a reintegração familiar; o mapeamento extensivo para ajudar a habilitar a regulamentação de instalações de acolhimento residencial; o desenvolvimento de redes fortes para entrega de serviços e encaminhamento para reintegração de crianças e a melhoria da capacidade da força de trabalho para o bem-estar da criança para apoiar a reintegração. Uma avaliação desse trabalho concluiu que é essencial contratar e treinar pessoal da área de bem-estar social uma vez que, sem prestadores de cuidados trabalhando especificamente na reintegração, a preparação adequada e o acompanhamento não acontecem. Aqui pode ser útil retrainar a equipe que trabalha em instalações de acolhimento residencial que talvez tenham laços fortes com as crianças e que, em alguns casos, pode de outro modo obstruir os esforços de reintegração, uma vez que essa equipe pode achar que não é de seu interesse que todas as crianças retornem para casa e as instalações sejam fechadas. A avaliação também concluiu que as organizações da sociedade civil podem ter papéis importantes na reintegração em contextos nos quais há um subinvestimento em serviços do governo. O estabelecimento de uma rede de organizações da sociedade civil pode: auxiliar na prestação de serviços para crianças sendo reintegradas a longas distâncias, permitir o compartilhamento de lições aprendidas e construir relacionamentos de confiança em vez de concorrência, o que ajuda nos processos de encaminhamento (Emerging Markets Consulting for USAID 2015).

3.3 Use uma abordagem baseada nos direitos

Resumo

Todos os esforços para promover a reintegração segura e eficaz devem ser baseados na consideração da gama completa dos direitos incluídos na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e as leis nacionais relevantes. Todas as crianças, independentemente da idade, sexo, habilidade ou qualquer outra condição, têm o direito à preservação da unidade familiar. Elas têm o direito de participar em todas as decisões que as afetam e as decisões sobre a sua reintegração devem ser tomadas considerando primeiramente seus melhores interesses.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança foi ratificada por quase todos os países do mundo. Seu preâmbulo reconhece a **centralidade da família** como o melhor cenário no qual educar uma criança e um componente central da sociedade. O artigo 9 afirma que as crianças não devem ser separadas de seus pais a menos que isso reflita em seus melhores interesses.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança inclui quatro princípios fundamentais que se aplicam aos esforços de reintegração e estão resumidos no quadro 2 abaixo.

Quadro 2: Os princípios fundamentais da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e a reintegração das crianças

- **Não discriminação (Artigo 2):** Todas as crianças têm o direito de desenvolver todo o seu potencial e ser ativamente protegidas contra todas as formas de discriminação. Isto significa que os programas de reintegração não devem discriminar certos grupos de crianças.
- **Os melhores interesses da criança (Artigo 3):** Os melhores interesses da criança devem ser a consideração principal em todas as decisões tomadas durante o processo de reintegração. Isto deveria incluir a decisão sobre se a reintegração em si é apropriada.
- **Sobrevivência e desenvolvimento (Artigo 6):** Todos os meninos e meninas devem ter acesso aos serviços básicos de qualidade, incluindo a educação, a fim de crescerem e se desenvolverem sob condições favoráveis. Isto também deveria aplicar-se à prestação de serviços para meninas e meninos em reintegração.
- **Participação (Artigo 12):** Meninas e meninos têm o direito de participar ativamente (tendo em conta sua idade, maturidade, interesses, capacidades em desenvolvimento, etc.). Isso significa que as crianças devem ser capazes de participar tanto de decisões quanto à sua própria reintegração individual quanto coletivamente para transformar os programas e as políticas de reintegração para refletir as necessidades das crianças.

Os direitos das crianças são indivisíveis e interdependentes e nenhum direito tem precedência sobre outro. Sendo assim, as agências envolvidas na reintegração devem reconhecer o alcance total dos direitos das crianças e empenhar-se o quanto possível para cumpri-los. Na realidade, os recursos são em geral inadequados e/ou existem outros obstáculos, o que torna impossível cumprir todos os direitos simultaneamente. As agências podem precisar fazer escolhas difíceis sobre quais direitos priorizar em curto prazo, mantendo ao mesmo tempo o objetivo final de cumprir todos.

Como um dos primeiros passos, todos os esforços devem ser feitos para **esclarecer qualquer questão jurídica relacionada à identidade e à documentação** da criança e da sua família. Posto isso, segundo a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, todas as crianças em um território, independentemente de seu status, são elegíveis para a proteção por aquele Estado e por seus funcionários, incluindo os serviços de reintegração, quer eles tenham sido documentados legalmente ou não.

3.4 Não prejudique

Resumo

Todos os processos de reintegração devem ter como objetivo beneficiar e não prejudicar as crianças. Isto inclui a consideração de questões como a prevenção do abuso pelos funcionários ou demais partes interessadas, o estigma, o consentimento informado e a confidencialidade. Todas as agências devem realizar uma avaliação de risco para identificar e mitigar os riscos associados a cada programa de reintegração e esforços especiais terão de ser feitos em programas que envolvem a advocacia pública ou a sensibilização. Como os benefícios da reintegração normalmente superam os danos, a existência de algum risco não deve ser usada como desculpa para não reintegrar as crianças.

Todas as reunificações e intervenções que apóiam a reintegração devem ter como objetivo beneficiar e não prejudicar as crianças. As agências devem executar **uma avaliação de risco completa** para determinar o dano que pode ser causado por intervenções de reintegração e identificar passos para atenuar o risco para as crianças, as famílias e a equipe. Esses passos devem incluir o desenvolvimento de **um plano de segurança** com as crianças para que elas saibam quem procurar se sofrerem danos após a reintegração ou se a reintegração falhar. As crianças devem estar envolvidas em discussões sobre risco, uma vez que terão percepções importantes. Como os benefícios da reintegração normalmente superam os danos, a existência de algum risco não deve ser usada como desculpa para não reintegrar as crianças.

Devem ser feitos esforços para colocar em prática **mecanismos para proteger as crianças contra abusos ou violência**, por meio de políticas organizacionais de proteção à criança e de procedimentos para reduzir os riscos da equipe ou de outros interessados abusarem das crianças em qualquer fase do processo de reintegração. Isso deve incluir um mecanismo de denúncia para permitir que as crianças manifestem preocupações.

Ao longo do processo, o **consentimento informado** garante que as crianças e as famílias, individualmente, compreendam e concordem com as estratégias e o apoio à reintegração. Sendo assim, é importante esclarecer os serviços oferecidos, bem como as normas que governam tais serviços (por exemplo, protocolos de confidencialidade), benefícios e riscos e então obter permissão do pai/mãe/responsável e da criança para prosseguir. É fundamental consultar as crianças regularmente e confirmar seu consentimento de forma contínua. Por exemplo, é importante obter consentimento informado:

- no início da prestação de serviços;
- quando a agência começa a coletar e arquivar informações pessoais sobre a criança e a família;
- quando a equipe compartilha informações com um novo prestador de serviços (ou seja, encaminhamento);
- quando a criança passa para a etapa seguinte do processo de reintegração.

Além disso, os acompanhantes podem argumentar fortemente com os pais se a possível reintegração corresponde aos melhores interesses da criança, mas devem aceitar a decisão da criança ou do pai/mãe/cuidador de não aceitar a reunificação (consultar 4.2.1). O acompanhante do caso deve considerar as perspectivas da criança com seriedade, mas deve levar em consideração as capacidades em evolução da criança ao fazer a determinação de seus melhores interesses.

Deve-se assegurar o **arquivamento dos registros de forma a manter sua confidencialidade**. As agências devem **considerar de maneira cuidadosa as informações que devem ser compartilhadas com a família e com a criança**. Por exemplo, nos casos em que a criança foi diagnosticada com HIV ou problemas de saúde mental mas não quer que seus cuidadores saibam, por medo de rejeição, ou quando há questões familiares que possam afetar a criança. As agências devem garantir que a equipe tenha tempo e habilidade para discutir a questão com sensibilidade, compreendendo plenamente as preocupações da criança ou da família. Embora o ideal seja que as informações só sejam compartilhadas com o consentimento da criança, em

alguns casos pode ser necessário compartilhar informações sem consentimento para proteger os melhores interesses da criança (por exemplo, para garantir que a medicação seja tomada regularmente). A equipe deve então explicar à criança, de maneira cuidadosa, que os cuidadores serão informados e ajudá-las a lidar com quaisquer conseqüências.

Quando os programas de reintegração envolvem ativismo, conscientização ou campanhas midiáticas, é importante considerar os riscos associados com o envolvimento da criança. Meninas e meninos podem ficar vulneráveis ao se colocarem contra grupos poderosos, ou ao revelarem histórias pessoais em plataformas públicas. Os melhores interesses das crianças devem ser considerados com cuidado antes que elas se envolvam dessas formas.

3.5 Envolve um grande número de partes interessadas

Resumo

É vital envolver um grande número de partes interessadas no processo de reintegração, incluindo crianças, famílias, comunidades, escolas, meios de comunicação, atores governamentais, organizações não governamentais e o setor privado. O mapeamento e a coordenação da reintegração e os serviços relacionados são importantes para uma colaboração eficaz.

É importante efetuar um mapeamento amplo das pessoas relevantes que estão interessadas no processo de reintegração para identificar pontos fortes e deficiências. Esse mapa inclui crianças, famílias, comunidades, líderes religiosos, organizações religiosas, escolas, a mídia, o setor privado e agências governamentais e não governamentais. No Quadro 3 abaixo, podem ser vistos detalhes adicionais sobre os papéis desempenhados por esses grupos.

Quadro 3: Os papéis desempenhados por diferentes partes interessadas no processo de reintegração

- **Crianças:** Ajudar as crianças a identificarem seus pontos fortes e suas necessidades é fundamental para o sucesso dos programas de reintegração. As crianças podem apoiar umas às outras e defender mudanças mais amplas para abordar os motivos principais de separação ou promover maior investimento na reintegração.
- **Famílias:** As famílias têm a obrigação principal de cuidado e, assim, o possível retorno para o cuidado da família de origem envolve sua participação ativa. Assim como os pais e outros cuidadores importantes, é também fundamental que os irmãos e as famílias extensas também cooperem nos processos de reintegração. As agências devem tentar desenvolver pontos fortes dentro das famílias, identificando e reforçando atitudes e comportamentos positivos.
- **Governo:** O governo nacional é responsável por proteger todos os direitos das crianças e tem o dever final de garantir que a reintegração seja segura e eficaz por meio de leis e políticas, prestação de serviços e financiamento e fornecimento de colaboradores adequados para os processos de reintegração. Ele também é responsável pelo funcionamento eficiente de um judiciário treinado, constituído e independente, que pode ser importante para a reintegração de alguns grupos de crianças. Os governos fornecem serviços como a educação, a saúde e a proteção social que são fundamentais para uma reintegração bem-sucedida.
- **Comunidades e líderes religiosos:** As comunidades, incluindo grupos religiosos, podem desempenhar um papel importante na diminuição do estigma e da discriminação que afetam muitas crianças em reintegração e em protegê-las contra abusos adicionais, negligência e exploração. Contudo, o engajamento eficaz pode exigir mudanças sociais, uma vez que as

normas existentes podem perpetuar o estigma, a discriminação e os maus-tratos à criança. Líderes religiosos e seculares, bem como mecanismos de proteção à criança baseados na comunidade, podem desempenhar papéis significativos com os níveis corretos de apoio.

- **Escolas:** Conforme explica a seção 5, começar ou retornar aos estudos pode ser uma parte importante do processo de reintegração. A equipe de ensino e os colegas estudantes podem ter um papel fundamental para garantir que os novos alunos sintam-se aceitos e os funcionários da escola podem ajudar a monitorar e apoiar as crianças em reintegração.
- **Organizações não governamentais (ONGs) e organizações religiosas (ORs):** Essas agências geralmente desenvolvem práticas inovadoras que podem ser reforçadas por meio de planejamento governamental e também fornecem assistência técnica e treinamento para departamentos governamentais; quando necessário, elas pressionam os governos para que protejam os direitos das crianças em reintegração. Contudo, elas devem ser responsáveis pelas crianças e por suas famílias, fornecendo a elas oportunidades rotineiras para críticas e comentários sobre o apoio e os serviços prestados. As ONGs e as ORs podem informar as crianças e as suas famílias sobre os serviços do governo e, em alguns contextos, elas mesmas são os fornecedores diretos de serviços essenciais, como educação informal ou aulas de cuidados parentais.
- **Agências das Nações Unidas:** As agências das Nações Unidas podem atuar como força catalisadora de mudanças para as crianças. Elas podem apresentar aos governos nacionais novas ideias de outras partes do mundo, bem como mobilizar conhecimento técnico e recursos. Sendo entidades multilaterais, as agências das Nações Unidas estão numa posição privilegiada para se envolverem com estruturas governamentais nacionais e regionais, defender os direitos das crianças e facilitar a coordenação de uma ampla variedade de atores.
- **Mídia:** A mídia local pode desempenhar um papel útil ao alertar as crianças e as famílias para práticas positivas e/ou para os riscos inerentes à separação. A mídia pode trabalhar para mudar atitudes e ajudar a abordar o estigma e a discriminação habitualmente enfrentados por crianças em reintegração. Conforme mencionado acima (consultar a seção 3.4), qualquer cobertura midiática deve aderir a padrões éticos rigorosos.
- **Doadores:** Os doadores têm um papel importante para garantir que haja financiamento adequado para a reintegração e para financiar campanhas de sensibilização a fim de encorajar mudanças na política e maior investimento na reintegração. O valor que os doadores destinam para a reintegração e as expectativas projetadas sobre os beneficiários podem ter um impacto fundamental sobre o sucesso desses programas. Por exemplo, conforme observado acima, caso os doadores exijam que a reintegração aconteça em prazos inadequados, ou exijam que os programas alcancem simultaneamente um grande número de crianças usando recursos limitados, isso pode levar a uma reintegração precipitada que fracassa em atender às necessidades das crianças e pode colocá-las em graves riscos.
- **Setor privado:** O setor privado pode auxiliar no processo de reintegração de diversas maneiras, incluindo como prestadores de serviços, doando produtos em espécie, ou ajudando as famílias a gerar maiores rendas. Ele também pode prejudicar os processos de reintegração, por exemplo, impedindo que crianças que trabalham e que foram separadas de suas famílias voltem para casa. Em alguns contextos, os orfanatos podem ser administrados com fins lucrativos e a reintegração pode ser desencorajada por não ser comercialmente vantajosa. Obviamente, mesmo aquelas pessoas que administram instalações de acolhimento residencial sem fins lucrativos podem ter um interesse velado em impedir a reintegração se suas fontes de financiamento dependerem do número de crianças sob seus cuidados.

Muitos outros atores, como a polícia, profissionais da saúde, professores, etc., têm um conhecimento profundo da sua comunidade e acesso a recursos sociais e econômicos inexplorados que podem auxiliar na reintegração.

Nem sempre é possível para uma única agência oferecer um leque completo de serviços de que uma criança e uma família podem precisar uma vez que, por exemplo, a família mora fora da área de serviços da organização, porque a família ou a criança possuem uma grande variedade de necessidades ou, por outro lado, uma necessidade altamente especializada. As agências são fortemente encorajadas a colaborar para garantir que todos as necessidades da criança sejam satisfeitas. Isto envolve:

- **promover reuniões periódicas para coordenar** o compartilhamento de informações do programa e protocolos de referência, bem como monitoramento e avaliação em todo o sistema (consultar a seção 6);
- **encontrar maneiras éticas e eficazes de compartilhar informações sobre casos** e considerar iniciativas conjuntas de planejamento.

Os atores também podem coordenar seus esforços para promoverem as mudanças mais amplas de política e de estrutura necessárias para promover uma reintegração eficaz (consultar o exemplo 2 abaixo). As agências internacionais têm uma responsabilidade específica de se coordenarem com governos nacionais e atores locais para garantir que os sistemas existentes sejam fortalecidos e não duplicados ou enfraquecidos.

Exemplo 2: Colaborando para mudança de política de reintegração no Brasil

O Grupo Nacional Brasileiro de Trabalho Pró-Convivência Familiar e Comunitária foi estabelecido pela ONG brasileira Associação Brasileira Terra dos Homens (ABTH) e UNICEF. Trata-se de uma rede de agências governamentais, ONGs e agências das Nações Unidas defendendo mudanças na políticas e nas práticas para impedir a separação familiar e promover a reintegração. A rede atribui seu sucesso a três fatores principais. Em primeiro lugar, ela uniu interessados com autoridade para implementar mudanças e a legitimidade de décadas de trabalho apoiando famílias. Em segundo lugar, ela trabalhou para gerar provas de planejamento bem-sucedido e compartilhar essas provas por meio de seminários em todo o país, os quais fornecem orientações relevantes e práticas. Em terceiro lugar, ela adaptou e desenvolveu orientações nacionais e globais para desenvolver políticas e respostas localmente adequadas que pertencem a todos os interessados principais, reforçando o comprometimento com os esforços de reintegração (ABTH 2011).

4.

TRABALHANDO COM CRIANÇAS E FAMÍLIAS INDIVIDUALMENTE

A reintegração bem-sucedida requer um trabalho cuidadoso e intensivo com crianças e famílias para determinar se a reintegração é apropriada, preparar a criança e a família, reunir a criança e a família e oferecer acompanhamento de apoio. Esta seção começa com uma avaliação da abordagem do trabalho de assistência para este apoio individual e logo explora cada etapa da reintegração. O trabalho individual com crianças e famílias é sempre importante, mas deve ser complementado com um trabalho mais vasto feito com escolas, comunidades e decisores políticos para alcançar as mudanças mais amplas necessárias para apoiar a reintegração eficaz (ver seção 5).

4.1 O trabalho de assistência e o ritmo do processo de reintegração

Resumo

A reintegração não é um evento único, mas um processo mais longo envolvendo extensiva preparação e acompanhamento de apoio. O tempo adequado deve ser dedicado à cada etapa do processo para permitir que a reintegração aconteça em um ritmo que se adapte às necessidades de cada criança e suas famílias. Um acompanhante deve ser atribuído às crianças e às famílias para apoiá-los durante o processo, o qual deve ser documentado em um arquivo único para o caso.

A reintegração não deve ser vista como um evento único e exclusivo, mas como um processo a longo prazo com diferentes fases, incluindo preparação e acompanhamento extensos, com serviços de apoio adequados oferecidos para famílias e crianças a cada etapa do processo. O cronograma deve ser conveniente para a criança e a família, e um aumento da duração do tempo que leva para completar uma etapa do processo (como o planejamento de apoio à reintegração) não deve ser em detrimento de outra etapa (tal como o acompanhamento pós-reunificação). As necessidades das crianças e das famílias variam muito, e não é aconselhável colocar restrições rígidas em torno do tempo necessário para o processo de reintegração como um todo ou para uma etapa específica no apoio a esse processo.

Ao apoiar crianças através das diferentes etapas do processo de reintegração, o trabalho de assistência é uma abordagem fundamental.⁸ Isso envolve atribuir à criança e à família um acompanhante de caso (ou, em alguns casos, um acompanhante de caso para a criança e outro para a família), que oferece apoio individualizado e documenta o processo. O trabalho de assistência permite que as crianças e as famílias desenvolvam relações de confiança e recebam apoio com base em uma compreensão bem desenvolvida de suas necessidades específicas. A documentação do processo significa que o caso pode, se necessário, ser transferido para outra agência ou acompanhante de caso (por exemplo, se a reintegração é transfronteiriça ou envolve grandes distâncias ou se a equipe muda). Os acompanhantes de caso, muitas vezes, não oferecem todos os serviços/apoio para as crianças e as famílias mas são capazes de fornecer informações sobre eles e fazer o encaminhamento para outros provedores. O exemplo 3 ilustra a utilização do trabalho de assistência na reintegração de crianças através de grandes distâncias no Nepal.

8. Para mais informações práticas sobre muitos dos passos e problemas nesta seção (isto é, consentimento informado, gerenciamento de dados), consulte Diretrizes Interinstitucionais para Gestão de Processos e Proteção à Criança (CPWG 2014).

Se em qualquer etapa for determinado que a reintegração não está nos melhores interesses de uma criança, ela deve ser interrompida. Onde estiver nos melhores interesses da criança, a equipe deve continuar a facilitar tanto quanto possível o contato com a família, e pode precisar verificar regularmente se a reintegração deve ser reconsiderada. As agências devem, então, recorrer a preparativos de acolhimento alternativo temporários (tais como acolhimento familiar ou vida independente supervisionada) e, finalmente, se reintegração for descartada, a inserção em uma nova família permanente através da adoção ou *kafala*⁹.

Exemplo 3: O trabalho de assistência na reintegração de crianças através de grandes distâncias no Nepal

No Nepal, a OING Next Generation Nepal (NGN) e seu parceiro nepalês The Himalayan Innovative Society (THIS) frequentemente reintegram crianças traficadas de volta para os vilarejos que ficam a vários dias de viagem a pé e/ou de ônibus de Catmandu. Antes de as crianças voltarem para casa, várias visitas são feitas para avaliar as famílias e as comunidades mais extensas. Os parentes são encorajados a encontrar as crianças em locais neutros perto de centros de trânsito, e as crianças fazem primeiro visitas supervisionadas em casa e, após, sem supervisão. Uma vez que estejam de volta em seus vilarejos, os agentes de reintegração efetuam visitas de monitoramento. Estas crianças separadas, muitas vezes, ficaram afastadas por muitos anos, e podem ter esquecido idiomas e tradições locais. Elas podem ter sofrido violência nas famílias e quando foram separadas, e os membros da família ou a comunidade em geral podem ter sido cúmplices no seu tráfico. Nestas circunstâncias, THIS e NGN argumentam que nenhum atalho pode ser usado e que as avaliações presenciais e a reintegração gradual e supervisionada são vitais.

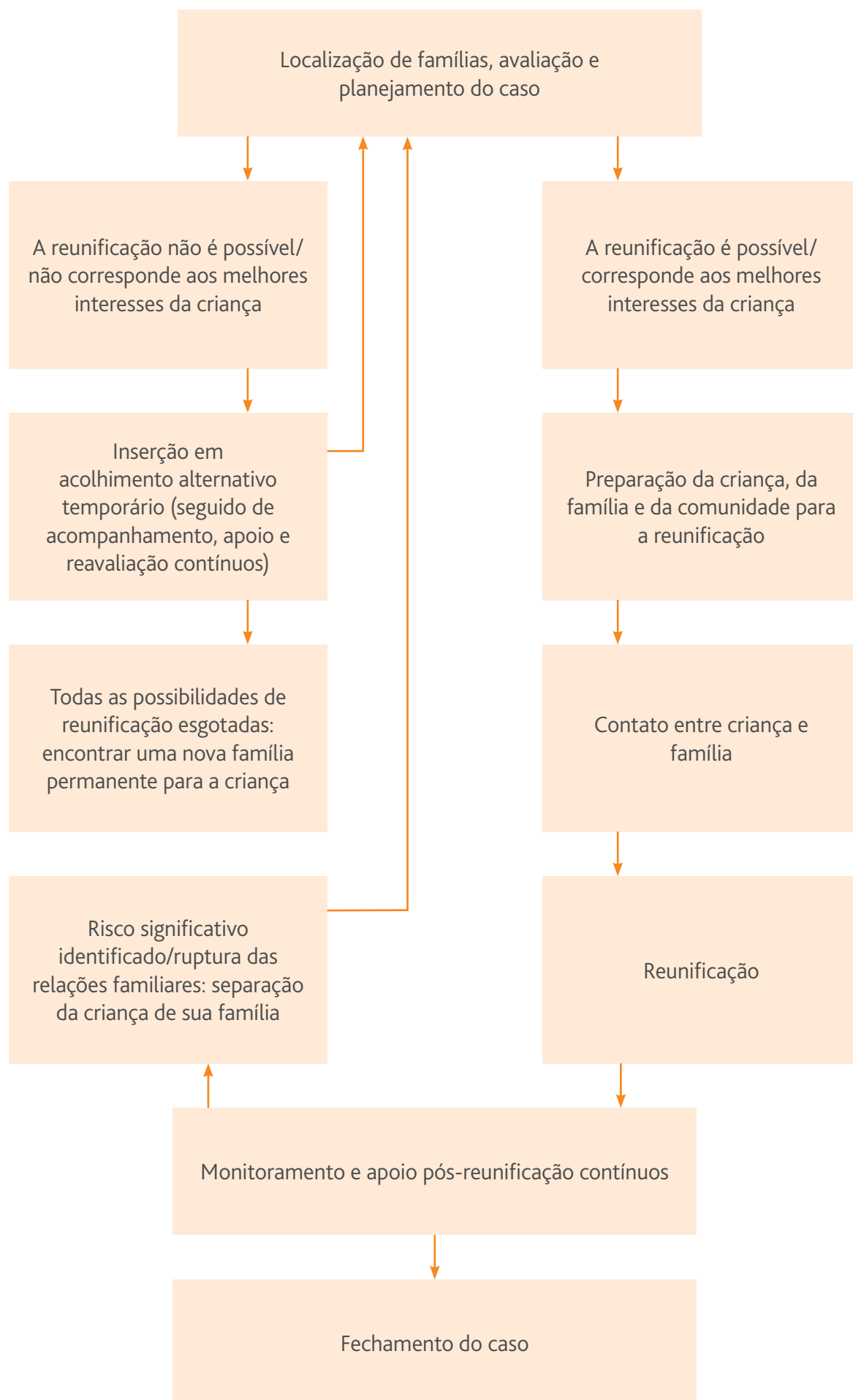
O trabalho da THIS e NGN também destaca como a reintegração através de grandes distâncias não deve incluir apenas uma consideração da distância física, mas também de diferenças culturais, padrões de vida e de acesso aos serviços entre a comunidade de origem das crianças e onde viviam quando estavam separadas. Por exemplo, na preparação das crianças para a reintegração, as agências tentam ajudar as crianças a reaprender os idiomas e as tradições de suas comunidades de origem, a cozinhar e a comer como farão quando estiverem em casa, e a fazer a transição de volta para educação oferecida pelo governo. Sabendo que os serviços de saúde e reabilitação serão provavelmente mínimos ou inexistentes em vilarejos remotos, esforços são feitos para melhorar a mobilidade de crianças com deficiências físicas e para prestar assistência àquelas com problemas de saúde a longo prazo antes de seu retorno (Lovera e Punaks 2015).

4.2 As etapas do processo de reintegração

Esta seção explora cada uma das diferentes etapas no apoio do processo de reintegração, as quais são resumidas na Figura 1. A reintegração nem sempre segue um processo linear, e as crianças e as famílias podem ter que repetir uma ou mais etapas.

9. Consulte Diretrizes para o Acolhimento Alternativo de Crianças (ONU GA 2010) e A implantação e a operação da convenção internacional de adoção de 1993: Guia de boas práticas (HCCH 2008).

Figura 1: Gestão individual de caso das etapas do processo de reintegração



4.2.1 Delinear, avaliar e planejar

Resumo

O primeiro passo é um funcionário treinado avaliar o bem-estar da criança, identificar e responder rapidamente a quaisquer sinais de abuso, violência, exploração ou negligência.

É vital realizar diversas avaliações aprofundadas de crianças, famílias e comunidades para determinar se a reintegração está entre os melhores interesses da criança. Neste ponto, é importante identificar os riscos associados à reintegração e os recursos que as crianças e as famílias podem aproveitar, considerando todas as áreas de bem-estar, capacidade e desenvolvimento da criança. As crianças e as famílias devem receber informações suficientes para tomarem decisões informadas.

Uma vez tomada a decisão de prosseguir com a reunificação, é importante desenvolver um plano com objetivos e estratégias acordadas para satisfazer as necessidades da criança e da família para a reintegração segura e eficaz. Uma conferência sobre o caso familiar pode ser uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento de um plano, ajudando a garantir que todos os envolvidos no processo de reintegração tenham expectativas realistas e que as capacidades e os compromissos dentro da família sejam considerados

Avaliação da criança

Uma **avaliação individual** deve ser realizada com cada criança para identificar as suas necessidades específicas, que provavelmente variam de acordo com fatores como idade, sexo e experiência quando esteve separada. Mais detalhes deste processo de avaliação podem ser encontrados no Quadro 4 abaixo. O desenvolvimento de critérios específicos para avaliação dentro de um contexto, que examinem fatores que podem afetar a reintegração de grupos específicos de crianças, pode ser útil e isso deve ser feito com consultas exaustivas com as crianças e as famílias. Um exemplo de tais critérios, oriundo da Tanzânia, é encontrada no exemplo 4 abaixo.

Localização da família e Determinação dos Melhores Interesses

Em ambos os contextos de emergência ou não, muitas vezes é necessário realizar um extenso trabalho para localizar a família de uma criança. Esta localização deve ocorrer após a avaliação inicial da criança, e pode incluir a identificação e a localização de membros da família em diferentes áreas, ou até mesmo em diferentes países, que possam tomar conta da criança. Orientações extensivas sobre os métodos de localização de famílias podem ser encontrados em outros lugares (consulte, por exemplo, Save the Children 2013).

Em alguns contextos, pode haver uma exigência legal para realizar uma Determinação dos Melhores interesses (DMI), e como é sempre importante avaliar adequadamente os melhores interesses da criança, ferramentas para DMI podem ser úteis no processo de avaliação. Partes fundamentais deste processo incluem a criação de um painel de especialistas em DMI para rever as recomendações do acompanhante do caso e tomar uma decisão final; o estabelecimento de Procedimentos Operacionais Padrão entre os protagonistas da área da proteção de crianças (governo, ONGs locais e internacionais, agências da ONU, etc.); concordância quanto a formulários comuns e gestão de dados e concordância sobre quando um processo simplificado para decisões coletivas/em grupo pode ser usado (UNHCR 2008 e 2011).

Quadro 4: Detalhes de boas práticas na avaliação da criança

- **Assegurar que o bem-estar de cada criança é rapidamente avaliada por uma equipe treinada.** Quaisquer preocupações sobre a segurança ou a saúde física ou mental (isto é, distúrbios emocionais ou psicológicos, sinais de abuso ou trauma) devem ser devidamente atendidas e crianças com deficiências podem precisar de apoio especial.
- **Construir uma relação de confiança entre a criança e um acompanhante de caso.** Dê tempo para as crianças conhecerem bem os acompanhantes de casos e para confiarem neles o suficiente para compartilhar experiências, medos e desejos. Em nenhum momento do processo a criança deve se sentir pressionada a voltar para casa. Se viável e considerado como sendo o melhor, o número de funcionários deve permitir que as crianças recebam apoio de alguém do mesmo sexo, se assim o desejarem, e que fale sua língua nativa.
- **Avaliar o ambiente atual da criança,** considerando as consequências positivas e negativas da retirada da criança deste ambiente; discutir as opções com a criança e os cuidadores. Todas as ações devem garantir que os direitos da criança à segurança e ao desenvolvimento contínuos nunca sejam comprometidos.
- **Considerar todas as áreas para o bem-estar da criança e os recursos necessários para uma reintegração bem sucedida.** Considere o bem-estar físico, educacional, comportamental, social, emocional, espiritual, relacional e material da criança. Identificar os pontos fortes que a criança traz para o processo de reintegração e os recursos/apoio que possam ser necessários para fazer com que a reintegração seja bem sucedida.
- **Considerar cuidadosamente se as crianças devem ser envolvidas em processos judiciais contra os seus exploradores/agressores.** Processar os traficantes ou outras pessoas que exploram e abusam de crianças pode ser importante para obter justiça e prevenir separações. No entanto, o envolvimento neste processo também pode ter consequências prejudiciais para a reintegração. Os processos judiciais podem levar anos para serem processados, e isso pode, em alguns casos, atrasar o retorno às famílias (pois pode ser um requisito legal que as crianças permaneçam sob os cuidados do Estado enquanto processos judiciais estejam em andamento) e pode significar que as crianças precisem reviver experiências traumáticas quando estiverem de volta nas comunidades e começando a se recuperar. A publicidade em torno de processos judiciais ou a simples associação com estes trâmites também podem levar ao estigma. Os melhores interesses da criança devem ser a principal consideração.
- **Incluir uma gama de perspectivas na avaliação da criança.** Por exemplo: criança, assistentes sociais, professores, família ampliada etc.

Exemplo 4: Critérios orientadores para a reunificação com as famílias utilizados na Tanzânia

Na Tanzânia, a Railway Children desenvolveu alguns critérios orientadores para determinar se uma criança está pronta para deixar as ruas e entrar em um centro de trânsito e, então, avaliar se essa criança está pronta para voltar à sua família. Na maioria dos casos, o cumprimento destes critérios será o resultado do apoio emocional, relacional e comportamental em cada etapa do processo.

Critérios para a retirada de uma criança das ruas para um centro.

A criança:

- tem comprometimento e vontade
- entende o que elas vão ganhar e perder deixando as ruas
- entende como o centro será e o que lá se pretende alcançar para a criança
- entende o que se espera delas no centro, ou seja, tarefas diárias, aulas, comportamento, etc.
- é capaz de seguir regras e instruções de alguma forma e é capaz de responder à autoridade
- é capaz de respeitar e interagir positivamente com as outras crianças e os adultos

- coopera
- é capaz de cuidar de sua higiene pessoal (dependendo da idade)
- é capaz de respeitar a propriedade
- provou que elas estão reduzindo comportamentos arriscados e perigosos
- não é viciada em drogas mas caso seja um usuário freqüente, tem feito alguns esforços para reduzir o uso de drogas.

Critérios para ajudar uma criança a voltar para sua família.

Os itens acima se aplicam além de a criança:

- reconhecer a importância da família e o que ela pode obter se viver com sua família
- estar empenhada em voltar e viver com sua família
- ser capaz, de certa forma, de se ajustar em sua família e entender o que será esperado dela.

Critérios para a família receber seu filho/sua filha de volta no lar.

A família:

- está disposta e comprometida em receber a criança de volta e a assumir a responsabilidade de trabalhar para resolver os problemas
- pais/cuidadores entendem o que aconteceu com seu filho/sua filha e como isso afetou o seu bem-estar e o comportamento
- pais/cuidadores são capazes de levar a criança em conta e se preocupam com ele/ela
- pais/cuidadores são capazes de atender às necessidades básicas da criança
- o ambiente doméstico é seguro
- a família é capaz de reconhecer as necessidades e os direitos da criança
- um espaço físico foi preparado para a criança (um espaço para dormir, etc.).

Entre a criança e a família:

- eles resolveram, de certa forma, os problemas que levaram a criança a fugir
- existe uma interação positiva entre a criança e a família

Fonte: Railway Children Africa: Procedimentos Operacionais Padrão (2016)

Avaliação da família

Quando os pais ou demais membros da família tiverem sido identificados, uma **avaliação da família** deve ocorrer. A família deve ser tratada com dignidade e respeito e considerar os pontos fortes e fracos tanto da família imediata quanto da família extensa da criança. Um modelo básico inclui uma avaliação preliminar de:

- fatores de risco que afetam a segurança e o bem-estar da criança e as mudanças que precisam ser feitas;
- pontos fortes e resiliência da família, incluindo os dos irmãos;
- a percepção dos membros da família sobre as razões para a separação e outros problemas;
- o nível de disponibilidade/capacidade de mudança da família;
- a capacidade da família de cuidar da criança;
- a situação econômica da família.

É crucial que as agências estejam preparadas em todos os momentos para investigar a questão da violência doméstica ou sexual contra qualquer criança na casa, e a responder a qualquer revelação ou preocupação em

qualquer etapa do processo de reintegração. Os funcionários devem estar cientes dos sinais de tal violência e abuso e ter a formação adequada para agir de forma imediata e eficaz. Esta é apenas uma das razões pelas quais todas as crianças do lar devem ser envolvidas na avaliação familiar.

Tal como acontece com as crianças, as famílias têm uma possibilidade de escolha sobre a reintegração e não devem ser forçadas a receber as crianças de volta se não estiverem prontas. As famílias precisam ter informações claras e precisas à sua disposição, para poderem tomar decisões conscientes.

Avaliação da comunidade

Como explorado mais detalhadamente na Seção 5.1, as comunidades desempenham um papel fundamental na reintegração das crianças e é importante avaliar a sua capacidade de prestar apoio às crianças e às suas famílias e desafiar qualquer estigma e discriminação que elas possam enfrentar. Também devem ser avaliados os riscos para a comunidade em geral. Por exemplo, baixos níveis de prestação de serviço, incluindo acesso limitado à educação; altos níveis de violência ou crimes, ou a possibilidade das crianças serem estigmatizadas por membros da comunidade.

Desenvolver um plano

Um **plano** individualizado define uma estratégia para atender às necessidades da criança e da família e maximizar seus pontos positivos como identificados na avaliação. Os princípios incluídos no Quadro 5, abaixo, são propostos como uma base para o plano.

Quadro 5: Princípios para o desenvolvimento de um plano

Os planos devem reconhecer que:

- todas as crianças e famílias possuem pontos positivos com os quais contribuir;
- quando adequadamente apoiadas, as famílias e as crianças podem tomar decisões bem embasadas sobre o bem-estar e a proteção da criança; e
- os resultados globais são melhorados quando as crianças e as suas famílias estão centralmente envolvidas no processo de tomada de decisões.

Os planos devem também:

- ser compartilhados com todos os membros da família e reconhecidos pela assinatura ou um símbolo semelhante;
- identificar recursos aos quais a família pode recorrer, como serviços ou apoio na comunidade;
- definir objetivos específicos, mensuráveis e com prazo limitado, os quais podem ser usados como uma ferramenta para verificar o progresso, inclusive antes do encerramento do processo;
- abordar todas as áreas importantes do bem-estar e os indicadores para avaliá-las;
- ser desenvolvidos tendo em mente a segurança da criança e a confidencialidade; e
- conter um plano de contingência/informações sobre com quem as crianças e os familiares devem entrar em contato se o plano não der certo e as relações fracassarem.

As agências são incentivadas a usar uma abordagem de equipe no desenvolvimento de um plano, uma vez que isso reforça a criatividade e a tomada de decisão de alta qualidade. No entanto, isso exige transparência e honestidade entre os membros da equipe. Sempre que possível, encoraja a criança a escolher alguém da equipe de apoio e estenda o convite para além da família imediata e da agência principal.

Sempre que possível, sobretudo se a dinâmica for complexa, recomenda-se que seja organizada uma reunião com a criança e os membros da família. Isso pode ser feito em uma conferência familiar, (veja Quadro 6 abaixo) onde as crianças e os membros da família se reúnem para desenvolver um plano para a criança com o auxílio de profissionais. Onde não for possível ou aconselhável reunir todos juntos, pode ser necessária uma série de reuniões individuais. Estas reuniões devem ser feitas pessoalmente, embora em alguns casos extremos, onde as distâncias sejam muito longas ou a segurança for um problema, as discussões por telefone podem ser necessárias.

Todos os atores devem reconhecer que planos são fluidos e devem ser revistos em pontos-chave (por exemplo, quando uma data para a reunificação for decidida, quando a reunificação ocorrer, quando houver uma crise na família ou entre os prestadores de serviços). A orientação global na gestão de casos sugere que os planos devem ser revistos pelo menos a cada três meses (CPWG 2014 e ONU GA 2010).

Ter um plano claramente articulado pode ser vital para gerenciar as expectativas. Por exemplo, as crianças podem ter grandes esperanças de voltar para uma família amorosa e próspera ou, inversamente, ter uma crença de que nada realmente pode mudar; os pais/cuidadores podem esperar assistência financeira ou material e se tornarem dependentes das agências se não forem tomadas as medidas adequadas. Ajudar a família a desenvolver o plano eles mesmos e se apropriarem mais do seu futuro é importante (por exemplo, mediante um apoio "parcial", onde a família paga uma certa proporção de uma despesa específica e a organização paga o restante).

O processo de planejamento de caso deve incluir uma consideração do tutor legal da criança e o momento no qual ela precisará ser entregue de volta para a família (e para quem dentro da família).

Quadro 6: Conferência familiar

A conferência familiar inclui uma reunião formal envolvendo membros da família imediata e extensa, profissionais de assistência às crianças e outros funcionários relevantes. O processo tem um coordenador/facilitador, que é independente às decisões do trabalho de assistência. A conferência familiar permite ajudar os membros da família imediata e ampliada a tomarem decisões sobre a melhor maneira de apoiar a família para cuidar de seu(sua) filho(a). O processo muitas vezes tem quatro etapas principais.

- Preparações extensas (geralmente de cinco a oito semanas) envolvendo o coordenador, que reúne-se com todos os membros da família e os prestadores de serviços que serão convidados para a conferência. O objetivo é preparar os futuros participantes, fornecendo-lhes informações sobre o processo de conferência, bem como os pontos fortes e as preocupações identificados pelos profissionais envolvidos com a família.
- Uma reunião estruturada para a tomada de decisão, onde os profissionais informam a família das preocupações que eles têm.
- Um momento privado para a família, onde a família desenvolve sozinha um plano que aborda as preocupações que foram levantadas.
- Apresentação do plano para os profissionais, que, então, ajudam a família a implementar o plano, desde que as preocupações que eles levantaram tenham sido abordadas e não coloquem a criança em risco (Ashley et al. 2006 and Schmid and Pollack 2009).

4.2.2 A preparação das crianças e famílias

Resumo

As crianças e as famílias precisam de uma preparação adequada antes de ocorrer a reunificação. Enquanto meninos e meninas estão esperando para voltar para as famílias, eles podem precisar serem colocados em acolhimento alternativo temporário. Esse acolhimento deve ser seguro, de alta qualidade e permitir que a criança tenha um relacionamento consistente com um cuidador treinado. As agências são fortemente encorajadas a trabalhar ativamente para garantir que as crianças não fiquem presas ao acolhimento alternativo.

As agências precisam trabalhar com as famílias e abordar tanto as causas da separação inicial como o impacto dos danos causados pela separação, e a equipe precisa garantir que as crianças e as famílias terão acesso a todas as formas de apoio necessárias e disponíveis para a reintegração segura e eficaz. Por exemplo, pode haver a necessidade de um trabalho intensivo na abordagem da violência, abuso e negligência dentro das famílias, e do fortalecimento econômico do lar. É importante avaliar as necessidades da saúde física e mental das crianças, oferecer aconselhamento quando necessário e assegurar que haverá suporte contínuo dentro da comunidade para satisfazer essas necessidades uma vez que as crianças retornem para casa. Por último, é vital entrar em acordo sobre os mecanismos para o monitoramento cuidadoso do bem-estar da criança em seu retorno.

O tempo investido na preparação e no apoio de crianças e famílias é um fator importante para uma reintegração bem sucedida. O tempo necessário varia de acordo com fatores como a duração do período que a criança passou separada, as causas de separação e a experiência da criança durante a separação. A reintegração é uma parte intrínseca do processo de cura, por isso não é necessário esperar até que a criança e/ou família estejam totalmente curados antes de realizar a reunificação.

Garantir um ambiente acolhedor para a pré-reintegração

Durante toda a fase de preparação, é importante considerar o ambiente onde a criança vive. Em muitos casos, será necessário retirar as crianças das situações de dano imediato e colocá-las em algum tipo de acolhimento alternativo, enquanto aguardam a reintegração. As agências devem escolher a forma mais adequada de acolhimento com base numa avaliação individual da criança, e isso pode, por exemplo, incluir acolhimento familiar, acolhimento residencial de pequena escala ou vida independente supervisionada. De acordo com a orientação global, sempre que possível, alternativas devem ser buscadas para instituições de grande escala, incluindo centros de trânsito em estilo de dormitório. O acolhimento deve ser organizado de tal forma que as crianças sejam capazes de formar vínculos com um cuidador consistente (ver ONU GA 2010 para obter mais detalhes sobre a orientação global para acolhimento alternativo).

As crianças devem permanecer em acolhimento alternativo durante o tempo que for necessário para prepará-las para a reintegração ou, se isto não for possível, até que se encontre uma nova família permanente para as crianças. No entanto, é importante garantir que meninos e meninas não fiquem presos ao acolhimento alternativo por longos períodos, visto que este é sempre apenas uma solução temporária e não oferece a eles os lares estáveis de que precisam para um sentimento de segurança e de pertencimento. O quadro 7 abaixo descreve as medidas que podem ser tomadas para garantir que a reintegração continue a ser o objetivo global, e como preparar adequadamente as crianças para a reintegração, enquanto estiverem sob acolhimento alternativo.

Quadro 7: Considerações na prestação de acolhimento alternativo para crianças, enquanto aguardam a reintegração

- **Permitir que as crianças se misturem com as comunidades locais e não fiquem isoladas.** Seja qual for a forma de acolhimento, as crianças devem ser capazes de ir para a escola no bairro, fazer compras no mercado local, etc.
- **Equilibrar a satisfação das necessidades básicas das crianças com a criação de condições culturalmente apropriadas.** Meninos e meninas devem estar tão saudáveis e bem nutridos quanto possível antes de partirem para um ambiente com maior insegurança alimentar. O acolhimento provisório deve ser concebido para proporcionar condições semelhantes ao nível da família da criança, proporcionando um nível adequado de cuidados para minimizar o risco de criação de insatisfação com o ambiente doméstico. As agências também pode querer considerar ajudar as crianças a se acostumarem com os tipos de alimentos e roupas associadas às suas comunidades de origem (ver também Exemplo 3 acima).
- **Envolver as crianças em responsabilidades e decisões diárias que sejam culturalmente apropriadas,** como cozinhar e limpar, determinar atividades recreativas ou de ter alguma opinião na programação diária.
- **Falar abertamente sobre o objetivo comum da reintegração familiar.** A equipe deve estar preparada para e, portanto, confortável com a natureza temporária e profissional de seu relacionamento com cada criança. Ao mesmo tempo em que devem obter a confiança da criança, também devem incentivar a criança a transferir esses sentimentos ao seu cuidador permanente/pais.
- **Encontrar colocações em acolhimento familiar e centros de trânsito o mais próximo possível de seu domicílio.** A proximidade, muitas vezes, facilita a reintrodução aos pais ou cuidadores. Existem exceções a esta orientação, visto que algumas crianças acham que a distância de suas comunidades durante a fase preparatória lhes oferece tempo para cicatrizar, se recuperarem e se prepararem tranquilamente. As agências devem se esforçar para avaliar as necessidades de cada criança quanto a isso.
- **Desenvolver mecanismos de resolução de conflitos.** Algumas crianças separadas estão acostumadas a um alto nível de autonomia e podem resistir à orientação e aos limites. Mecanismos eficazes para lidar com a raiva e o conflito também podem ser usados nas comunidades de origem.
- **Desenvolver a capacidade das crianças para agir autonomamente.** Algumas crianças separadas passaram períodos prolongados destituídas de sua autonomia e capacidade de tomar decisões, e podem precisar serem encorajadas a participar na tomada de decisões sobre suas vidas novamente. Por exemplo, garanta que as crianças estejam envolvidas no desenvolvimento e/ou modificação de seu plano de acolhimento, e crie um conselho consultivo infantil para fazer recomendações para informar a gestão do programa.
- **Proporcionar oportunidades** para que possam expressar emoções com segurança (por exemplo, para dançar, para ouvir ou criar música, para criar um álbum de recortes, para agir).
- **Criar uma atmosfera para a cura e a reabilitação.** As crianças devem ter oportunidades regulares para conversar com um cuidador/acompanhante de caso consistente. As crianças que não tiveram qualquer cuidador adulto por longos períodos de tempo podem precisar de apoio na adoção de comportamentos que se encaixem com as expectativas da família e da comunidade. Rotina e previsibilidade podem dar às crianças que tiveram vidas caóticas enquanto separadas, um sentimento de controle e reduzir sua ansiedade.

Combater a discriminação e problemas de identidade

Muitos meninos e meninas em reintegração são discriminados por causa da vida que levaram durante a separação, como a sua associação com as forças armadas ou com um grupo criminoso, a exposição ao abuso ou exploração sexual, gravidez fora do casamento ou formas de exploração de trabalho. Eles também podem sofrer discriminação devido ao gênero, deficiências, ser portador(a) de HIV, casta, etnia, orientação sexual ou qualquer outra condição. Combater tal discriminação, tanto quanto possível antes de voltar para casa, é vital para garantir a sua reintegração

bem sucedida. Esses esforços requerem o trabalho com prestadores de serviços (ver Quadro 3), líderes religiosos e comunidades mais amplas (ver Seção 5). No entanto, a discriminação pode também ter lugar dentro da família imediata e ampliada, especialmente porque as crianças podem ter mudado significativamente durante o período da separação e ter novos “marcadores” de suas diferenças, tais como tatuagens, cicatrizes ou até mesmo estarem acompanhadas de um bebê. A equipe pode precisar fazer a mediação entre a criança e a família e/ou membros da comunidade, ajudando-os a expressar os seus sentimentos e a aceitarem as mudanças da criança.

Trabalhar com crianças em reintegração sobre questões de discriminação e identidade também é importante, visto que a forma como elas são vistas por outras pessoas, muitas vezes, influencia a forma como elas mesmas se vêem. Crianças em reintegração experimentam geralmente algum tipo de transição de identidade, como passar de criança-soldado para um aluno motivado, ou de um trabalhador do sexo a ser criança novamente. Ainda que não se deva esperar das crianças que voltem a ser exatamente como eram antes da separação, se for para a reintegração ser bem sucedida, a criança precisa reconhecer que seu papel e “identidade” anteriores podem ter que mudar.

Depois de meses ou anos de separação, meninas e meninos podem ter esquecido ou reprimido suas tradições culturais e práticas religiosas. Em alguns casos, o nome e a religião de uma criança podem ter sido deliberadamente alterados, em um esforço para fazê-los esquecer a cultura ou a religião de onde vieram. Ajudar uma criança a reaprender sua cultura, dialeto e religião¹⁰ é importante, porém isto pode levar muito mais tempo do que apenas a fase preparatória (ver também exemplo 3 acima).

Abordando abuso, negligência, violência e exploração na família

Abuso, negligência, violência e exploração dentro da família são razões extremamente comuns para as crianças saírem de casa. Ainda que geralmente tenha sido a criança separada quem foi abusada, em alguns casos, elas podem ser os abusadores e a segurança de outras crianças na família deve ser considerada. Frequentemente, outros membros da família também podem ter sido afetados. Com esforço intensivo, muitas vezes é possível resolver estas questões, permitindo que a criança volte em segurança para a família. Responder eficazmente requer as seguintes etapas.

- Priorizar a segurança das crianças, como considerar a remoção do agressor da casa se necessário, e se isso não vai levar a novos danos à criança (como ser culpada).
- Uma avaliação sensível do impacto do abuso, principalmente avaliar o bem-estar emocional e psicológico da criança e de outros membros da família, e o impacto da violência e do abuso nas relações e dinâmicas familiares.
- Garantir que os sistemas estejam disponíveis para monitorar e apoiar regularmente a criança e a família após a reintegração, e que exista um plano de resposta acordado caso a situação se deteriore e a separação for necessária para a segurança da criança ou de outros membros da família.
- O uso de abordagens terapêuticas culturalmente apropriadas e baseadas em evidências para crianças ou outros membros da família que experimentem um sofrimento significativo. Um número adequado de pessoas na equipe deve ser devidamente treinado nessas abordagens terapêuticas e receber supervisão profissional regular (ver exemplo 5 abaixo).
- Encaminhar para serviços médicos, se necessário.

A satisfação das necessidades da saúde mental e física, respondendo ao vício

Muitas crianças vivenciam problemas de saúde física e mental como resultado de sua separação ou de experiências antes da separação, como abuso ou negligência na família. Estes problemas podem incluir doenças sexuais e reprodutivas, lesões de trabalho e os efeitos do sofrimento causado pela separação de famílias e/ou exploração ou abuso durante a separação. É comum para as crianças reunificadas que inicialmente pareciam

10. Toda criança tem o direito de praticar a sua própria religião e todos os esforços devem ser feitos para apoiar o fato de uma criança poder fazer isso. Se uma criança nasceu com uma religião, mas durante o curso de separação voluntariamente se converteu a outra religião, então a atual preferência religiosa da criança deve ser plenamente respeitada pela equipe e pelos familiares.

felizes demonstram mais tarde sinais de estresse significativo (por exemplo, raiva para com os cuidadores, períodos de não comunicação, desobediência). Pais e cuidadores também podem vivenciar problemas de saúde mental ou física que podem ter levado à separação, e tanto as crianças quanto os adultos podem ter problemas de dependência.

Satisfazer a variedade de necessidades de saúde da criança ou cuidadores/pais durante a fase preparatória inclui:

- tratamento contínuo de quaisquer problemas de saúde, incluindo vícios;
- treinar a equipe para reconhecer o sofrimento emocional e psicológico e levar o bem-estar mental a sério, com encaminhamentos aos profissionais adequadamente treinados quando necessário;
- uma avaliação da extensão de quais até que nível os desafios de saúde mental e física podem ser atendidos pela família e pela comunidade após a reunificação, e garantir que o apoio esteja disponível para responder às necessidades de saúde.

Exemplo 5: Atender às necessidades emocionais de crianças em reintegração no México

A ONG mexicana JUCONI descobriu que muitas crianças nas ruas vêm de lares com longas histórias de violência e essas crianças foram profundamente traumatizadas por suas experiências. O programa de reintegração da JUCONI está focado no trabalho intenso com as crianças e as famílias para substituir as relações violentas, destrutivas por um comportamento mais construtivo e acolhedor. A JUCONI ajuda as crianças e as famílias a compreenderem seu comportamento e os acompanhantes de caso exibem exemplos de novas formas de interação que não sejam violentas. Este trabalho é intenso e pode levar vários anos de suporte individual especializado por parte de equipe treinada. No entanto, a JUCONI descobriu que reduzir a violência familiar e garantir às crianças que sejam amadas e cuidadas é muito mais importante para a reintegração bem-sucedida do que melhorar as condições materiais no lar (Family for Every Child e JUCONI 2014).

Apoio às crianças com deficiências

As crianças com deficiências precisam de assistência específica durante todas as fases do processo de reintegração. Durante a fase preparatória, é importante avaliar corretamente as crianças com deficiências por meio de um especialista qualificado e trabalhar para reabilitar as crianças conforme o caso (por exemplo, oferecer fisioterapia ou ensinar as crianças a usar apoios para mobilidade, tomar banho, se alimentar, vestir, etc. e para executar as tarefas diárias de maneira tão independente quanto possível). Também é fundamental identificar as necessidades de suporte contínuas e determinar como estas serão atendidas, mapear apoio e serviços existentes, e se associar às organizações locais para apoiar as crianças com deficiência em suas comunidades locais. As agências podem precisar de: acessar apoios físicos (como cadeiras de rodas ou aparelhos auditivos); treinar os membros da família em cuidados e apoio infantis ou ensiná-los a se comunicar eficazmente com as crianças (por exemplo, treinamento em linguagem de sinais); garantir que as escolas e os lares sejam acessíveis/adaptar ambientes em casa; trabalhar para combater a discriminação (consulte seções 4.2.2 e 5) e promover a integração em escolas locais. Em geral, o foco deve ser tornar o ambiente acessível e inclusivo, e não tentar "corrigir" as crianças com deficiência para torná-las aptas para a sociedade. As agências devem coordenar recursos e toda a experiência comunitária, em particular das organizações para pessoas com deficiências, que são geridas por e para pessoas com deficiência.

Quando levantada a possibilidade de reintegração, a equipe é aconselhada a discutir abertamente quaisquer preocupações com as crianças e as famílias e enfatizar o compromisso da agência em continuar a apoiar o acesso aos serviços de reabilitação, tratamento médico (se necessário) ou outros serviços exigidos uma vez em casa. Aqui é importante pensar positivamente e se concentrar na capacidade das crianças de viver independentemente, em vez de focar na perda ou déficit. É possível manter os pais de crianças com deficiência juntos e o apoio entre os pares também pode ser valioso para as crianças com deficiência. Também pode ser importante oferecer serviços temporários de alívio para propiciar um descanso para cuidadores e crianças.

Exemplo 6: Uma abordagem comunitária para reintegrar crianças com deficiências no tratamento institucional na Bulgária

Na Bulgária, a ONG Hope and Homes for Children reintegrou, com sucesso, 84 crianças abaixo de três anos de idade vindas de grandes instituições. Uma proporção significativa destas crianças têm deficiências físicas e/ou intelectuais, pois é comum na Bulgária as mães serem encorajadas a deixar os bebês com deficiência sob os cuidados do Estado. Uma avaliação do programa sugere que seu sucesso pode ser atribuído a um número de fatores: Em primeiro lugar, o programa trabalhou para mudar a visão da deficiência como um “problema” médico que necessita de intervenção especializada. Um professor de Neonatologia foi chamado para avaliar mais de 120 crianças que tinham sido classificadas pela equipe institucional como com necessidade de acolhimento residencial especial e reduziu este número para 30. Também foi oferecido suporte legal às famílias para enfrentar as decisões da justiça de retirar seus filhos. Em segundo lugar, o programa combinou suporte material adaptado, que incluía contribuições em espécie das comunidades e empresas locais, com os esforços para aprimorar as habilidades paternas e o acesso aos serviços. Em terceiro lugar, o programa não só ofereceu apoio individualizado para as crianças e as famílias, mas também trabalhou com comunidades mais amplas, buscando estabelecer redes de apoio para as famílias e envolver as comunidades no tratamento das causas da separação original (Bilson and Markova 2014).

Planejando a educação e a capacitação

O acesso à educação tem demonstrado ser essencial para a reintegração bem-sucedida das crianças. O retorno à escola, muitas vezes, é uma parte importante do retorno ao “normal” e de ser parte de uma comunidade novamente. Em muitos casos, a falta de acesso à educação é um impulsionador essencial para a separação, com as crianças entrando para o cuidado institucional ou indo viver com parentes distantes, a fim de ter acesso à aprendizagem formal. A falhar em oferecer às crianças acesso à educação de qualidade pode levar a uma nova separação.

Um ensino seguro e de qualidade pode ser usado para ajudar as crianças a aprenderem habilidades necessárias para a vida e os professores podem ajudar a ficar de olho nas crianças em situação de risco, fazendo encaminhamentos quando necessário. Os esforços para assegurar que as crianças tenham acesso à escola devem começar durante a fase preparatória. Muitas crianças deixam de ir à escola quando são separadas e precisam de ajuda para se atualizar antes de poderem entrar nas escolas em suas comunidades locais. Os detalhes das ações que os acompanhantes de caso podem adotar para apoiar a educação infantil estão incluídos no Quadro 8 abaixo. Note-se que a falta de qualidade da educação nas comunidades locais, muitas vezes, pode criar dilemas difíceis no processo de reintegração. Crianças, famílias e acompanhantes do caso deverão considerar se é viável retornar as crianças aos locais onde não há nenhum acesso à escola ou se outras alternativas devem ser procuradas (como encorajar a família a morar próximo às escolas ou morar com parentes durante o ano letivo).

Quadro 8: O apoio dos acompanhantes de caso para a educação das crianças

- Um educador qualificado deve realizar uma avaliação dos níveis de educação existentes da criança e suas aspirações educacionais, em relação à alfabetização, aritmética, etc.
- Realize uma avaliação das existentes “habilidades para a vida” que a criança possui, incluindo a resolução de problemas, comunicação e outras habilidades interpessoais, consciência sobre saúde sexual, higiene, educação financeira, tarefas domésticas, etc.; trabalhe, então, para corrigir as eventuais lacunas identificadas.
- Trabalhe para reconstruir os hábitos de estudo de crianças que estão fora da escola por longos períodos.
- Certifique-se de que a criança tenha acesso à educação durante a fase preparatória e está preparada para qualquer diferença entre currículos no contexto atual e na comunidade de origem.
- Avalie as necessidades de apoio financeiro às famílias para cobrir os custos educacionais/de transporte para a escola e considere cuidadosamente a forma desse apoio; considere a possibilidade de cobrir os custos educacionais de outra criança na família imediata ou ampliada extensa para promover a reintegração como um benefício que vai além da criança que retorna em particular.
- Eduque a equipe de ensino sobre as necessidades educacionais e psicossociais das crianças que estão em reintegração. Ajude-os a construir um relacionamento com cada criança, e estabeleça um relacionamento contínuo entre o acompanhante de caso e os professores.
- Considere se a formação profissional pode ser uma melhor opção para algumas crianças.
- Trabalhe para aumentar a acessibilidade e o suporte físico, acadêmico e social para crianças com deficiências físicas e mentais. Organize formações para professores e administradores escolares sobre a educação inclusiva.
- Incentive a criação de clubes para a inclusão dos estudantes.

Consulte a seção 5 para obter orientações sobre como trabalhar para transformar as escolas e os sistemas mais abrangentes para que possam apoiar a educação de todas as crianças em reintegração.

Fortalecimento econômico das famílias e apoio material

A pobreza é um fator implícito significativo na grande maioria dos casos de separação das crianças de suas famílias e a causa principal em muitos casos. Consequentemente, é de fundamental importância compreender o papel que a pobreza pode ter desempenhado em qualquer caso de separação e abordar a questão de forma adequada e eficaz. Visto que as famílias e os contextos em que vivem variam muito, não há uma única melhor maneira de lidar com a pobreza familiar para apoiar a reintegração das crianças. Medidas eficazes de fortalecimento econômico podem reduzir tanto a pobreza quanto o stress dentro de uma família. Durante a fase preparatória, é importante tomar as seguintes medidas.

- Use informações obtidas da avaliação familiar para determinar a segurança de meios de subsistência da família. Quais são os seus recursos, capacidades, fontes de subsistência?
- Certifique-se de que as intervenções econômicas são adaptadas às capacidades da família e ao seu contexto econômico. Uma família no nível de destituição necessita de apoio para o consumo básico, como um subsídio em dinheiro do governo ou transferência em espécie .
- Se o fortalecimento econômico da família com base no mercado é necessário, procure os conhecimentos técnicos relevantes. Medidas para melhorar a estabilidade econômica da família podem incluir o fornecimento de gado ou outros bens produtivos, o acesso a um programa para obter dinheiro em troca de trabalho, uma oportunidade de poupança e empréstimos estruturados, treinamento relevante para a alfabetização financeira ou habilidades técnicas, apoio com problemas de saúde ou deficiência, etc. Preste atenção para evitar potenciais problemas de proteção à criança em potencial (por exemplo, aumento do trabalho infantil, a segurança em

- oficinas, iniciativas de emprego que deixam as crianças pequenas pouco supervisionadas).
- Se forem necessárias novas iniciativas econômicas de fortalecimento, procure parceiros de confiança que permitirão às famílias pobres alcançarem a auto-suficiência econômica sustentada. Se um parceiro adequado não puder ser encontrado, os gerentes precisarão considerar a implementação de seus próprios programas econômicos de fortalecimento;¹¹ isto pode implicar na introdução de uma equipe ou de consultores especializados.

Além do fortalecimento econômico, outras formas de apoio material, como camas novas ou reparos na casa, podem ser oferecidos às famílias, com base na necessidade de ajudar a facilitar a transição da criança de volta para casa. No entanto, como mencionado acima, é importante gerenciar as expectativas e evitar a dependência insustentável de atores externos.

Por razões de harmonia social, os programas de fortalecimento econômico devem proativamente se esforçar para equilibrar as necessidades das famílias com as crianças que retornaram e as de famílias pobres em geral. Se houver várias agências trabalhando com reintegração em um cenário, é fundamental que elas entrem em acordo sobre uma abordagem comum. Além disso, roga-se às agências que fiquem atentas a quaisquer mensagens inadvertidas que possam promover a separação familiar (isto é, que uma criança separada traz para casa brindes de ONGs).

O fortalecimento econômico eficaz pode depender do acesso a outras formas de apoio. Por exemplo, problemas de saúde mental ou emocional podem afetar a capacidade dos adultos em trabalharem regularmente. A falta de oportunidades de emprego perto de casa pode levar ao fato de o principal assalariado ter que migrar por causa de trabalho, colocando pressão sobre os relacionamentos e os cuidados em casa.

Outras formas de apoio

Além do exposto acima, crianças e famílias podem identificar outras necessidades de apoio na fase de planejamento e as agências devem estar abertas para também atender a essas necessidades. Deve-se lembrar que, assim como as crianças mudaram durante o período de separação, as famílias podem também ter mudado, devido, por exemplo, ao deslocamento, à morte ou ao nascimento de um membro da família, e as crianças podem precisar de apoio para lidar com as diferentes dinâmicas familiares. As famílias podem se sentir isoladas e precisar de ajuda para identificar outros membros da comunidade para apoiá-las. A separação pode ter sido causada por uma falta de capacidade de cuidar bem dos filhos, e os pais e cuidadores podem precisar de apoio para a reconstrução da confiança e para aprender competências parentais.

Determinação de quem irá realizar o monitoramento e o acompanhamento de apoio

A fim de garantir uma transição suave e contínua, é importante estabelecer antes da reunificação quem irá acompanhar a criança que está retornando: um acompanhante de caso da agência, outro trabalhador (por exemplo, professor, assistente social do governo, organização comunitária), voluntário da comunidade, líder religioso, etc. Há vantagens em trabalhar com indivíduos da comunidade, tais como a sua proximidade com a criança e a família (especialmente em áreas afetadas por conflitos ou se as distâncias são grandes) e sua capacidade de oferecer uma visão sobre os pontos fortes de vários relacionamentos. No entanto, devido à discriminação, sistemas de monitoramento na comunidade podem não ser apropriados para algumas crianças, e é importante perguntar à criança e à família por suas preferências. Também pode ser exagerado esperar que não-profissionais monitorem casos mais complexos. Se as agências usam um mecanismo de monitoramento da comunidade, elas devem

11. Consulte os seguintes recursos para orientações detalhadas: Children and economic strengthening programs: Maximizing benefits and minimizing harm, Child Protection in Crisis (CPC) Network, Livelihoods and Economic Strengthening Task Force, 2013; Child safeguarding in cash transfer programming: A practical tool, Cash Learning Partnership (CaLP), Save the Children, Women's Refugee Commission and CPC Network, 2012; Household economic strengthening in support of prevention of family-child separation and children's reintegration in family care, Laumann, L., FHI 360, 2015.

fornecer fiscalização, treinamento e supervisão. Em geral, é uma boa idéia para o acompanhante do caso fazer visitas periódicas que diminuam em frequência ao longo do tempo, e para os demais, realmente vivendo ou trabalhando na comunidade de origem, atuarem como observadores mais próximos, com um claro ponto de contato caso surjam problemas (ver seção 4.2.4).

4.2.3 O contato inicial da criança com a família e a reunificação

Resumo

Onde o contato entre a família e a criança foi rompido, seu restabelecimento como parte significativa do processo de reintegração precisa ser tratado de forma cuidadosa, especialmente se houver culpa ou medo em ambos os lados. As crianças e as famílias devem ser preparadas adequadamente e o contato deveria ser inicialmente feito através de comunicação remota (por exemplo, por telefone, carta, etc.), seguido de curtos encontros presenciais supervisionados, e então visitas supervisionadas mais longas na casa da família. Quando as crianças e as famílias estiverem prontas, as crianças podem retornar de forma permanente. A reunificação envolve a transferência formal ou mesmo legal da tutela para a família, e o plano de caso da criança pode também ser transferido para outra agência ou departamento. Cerimônias de transição também podem ser valiosas nesta etapa.

Contato inicial com as famílias

O processo de reintroduzir a criança para a família e a comunidade deve ocorrer gradualmente, de acordo com as necessidades individuais de cada criança, e não deve ser apressado. Embora muitas crianças separadas sejam capazes de manter contato com os familiares, outras terão perdido o contato por meses ou mesmo anos. Em ambos os casos, uma vez que a reunificação familiar está sendo discutida, o primeiro contato que elas têm (por telefone, mensagem de vídeo ou pessoalmente) assume um significado adicional. É melhor cobrir o maior número de etapas descritas no Quadro 9 abaixo quanto possível, adaptando cada uma para os melhores interesses da criança individual (levando em consideração questões de culpa, medo, etc.) e as realidades do ambiente, tais como a distância ou a natureza transfronteiriça de reintegração.

Quadro 9: Possíveis etapas para facilitar o contato inicial com as famílias

1. Permitir o contato remoto através de carta/e-mail, telefonema ou mensagem por vídeo: Este contato inicial pode ajudar a quebrar as barreiras emocionais e permitir que as crianças e as famílias voltem a conhecer uns aos outros novamente. Pode ser benéfico incluir fotografias e histórias. Pode haver a necessidade de várias cartas/telefonemas antes de um contato presencial ser feito.

2. Encontros presenciais curtos entre pais/cuidadores e a criança: Essas reuniões devem acontecer sob a supervisão direta de um acompanhante de caso. Esta primeira visita deve ser curta e “estabelecida para ser bem sucedida”. A equipe precisa ter um objetivo claro do que precisa ser alcançado, embora possa ser prudente não tomar decisões importantes nesta reunião. Sempre que possível, os pais devem viajar até a criança, oferecendo uma indicação clara do compromisso dos pais com a reintegração, mesmo que a agência financie a viagem. Em alguns casos, essas visitas são inseguras e um local neutro é a melhor opção. Por exemplo, se a criança foi raptada e ainda não é seguro revelar sua localização.

3. Visitas supervisionadas e mais longas na casa dos pais/cuidadores: Os objetivos destas visitas são avaliar o funcionamento familiar e a capacidade da criança em se reajustar na comunidade e no estilo de vida. O acompanhante de caso deve estar preparado para intervir a qualquer momento, caso a criança enfrente desafios significativos.

4. Visitas não supervisionadas e mais longas na casa dos pais/cuidadores: Este tipo de reunião somente é realizada depois de uma visita supervisionada ter sido bem sucedida. Além disso, o acompanhante do caso deve estar confiante de que a criança será capaz de se reajustar ao estilo de vida local e que os pais/cuidadores são capazes de cuidar da criança.

Ao longo desta fase, é importante que as agências assegurem que o contato foi restabelecido com outros irmãos que podem não estar vivendo com os pais e podem, por exemplo, estar em acolhimento institucional, separadamente da criança em reintegração.

Usar a lei para forçar os pais ou outros cuidadores a aceitarem uma criança para reunificação nunca é recomendado. No entanto, é importante fazê-los entender o impacto negativo a longo prazo de negar a reunificação e ajudá-los a construir uma visão positiva do que o seu relacionamento com seu(sua) filho(a) poderia vir a ser. É crucial para os pais/cuidadores entenderem que se as crianças não são ajudadas a manterem essa conexão, e se elas não têm a possibilidade de se adaptar ao estilo de vida local, é improvável que voltem para a comunidade, mesmo após a conclusão da vida escolar. Se os pais/cuidadores ou a criança recusarem a reunificação, o acompanhante de caso deve visitar o componente de contingência do plano. Se isso não fornece nenhuma opção adequada, então as crianças terão de ser mantidas ou colocadas sob acolhimento alternativo e, logo, se a reintegração não for possível ou apropriada, encontrar uma nova família permanente através, por exemplo, de adoção ou kafala. Em todos os casos, deve haver contato permanente com os membros da família, desde que considere os melhores interesses da criança.

Mesmo quando a reconexão ocorreu bem, alguns pais/cuidadores ainda não desejam assumir a responsabilidade jurídica plena, talvez acreditando que seu filho pode ser melhor cuidado pelo estado em acolhimento residencial ou familiar. Recomenda-se que as agências prossigam com cautela, pois a interação que os pais tem com o acompanhante de caso pode reforçar a sua crença de que a equipe da agência é melhor qualificada do que eles para cuidar de seu filho. Aqui, a construção da confiança da família e sua apropriação do processo por meio de conferência familiar (ver Quadro 6) pode ajudar.

Reunificação familiar

Reunificação é a etapa que passa o cuidado e/ou a tutela formal da criança de volta aos seus pais ou cuidador tradicional. Pode ocorrer na casa da família onde houve o acolhimento familiar, em um centro de trânsito, um local neutro ou na comunidade de origem da criança. Visto que este evento é emocionalmente desafiador para as crianças, recomenda-se que a elas seja dado o máximo de controle possível: a escolha do acompanhante do caso para acompanhá-las, escolher o que vestir, etc. As etapas deste processo estão incluídas no Quadro 10 abaixo.

Quadro 10: Possíveis etapas no processo de reunificação familiar

- **Transferência do cuidado de volta para a família.** Na medida do possível, os pais/cuidadores devem manifestar por escrito a sua vontade de retomar a responsabilidade pela criança e que entendem as implicações deste fato. Caso seja necessário, o acompanhante do caso submete a documentação às autoridades competentes (por exemplo, painel de bem-estar da criança, juiz, comissão de facilitadores, Tribunal Administrativo, autoridades locais) para aprovação formal. Em algumas jurisdições, um tutor legal é inicialmente transferido temporariamente e depois revisto em uma data posterior.
- **Transferência do caso.** Se a reunificação ocorre através de grandes distâncias, a coordenação do planejamento do caso e do próprio arquivo do caso são muitas vezes passados para outra agência ou departamento do governo. Isso deve ser feito com a permissão da criança e da família, e de uma forma clara e documentada. Recomenda-se que (quando possível) o acompanhante do caso acompanhe a criança para encontrar a pessoa que assumirá o caso, analise a documentação com eles e envolva as autoridades locais.
- **O pacote de reunificação e a inscrição em serviços, incluindo a educação formal.** Em circunstâncias excepcionais, o apoio material pode ser oferecido no momento da reunificação, embora isso deva ser tratado com muito cuidado. Quando o acesso à nova comunidade tem sido limitado, o ponto de reunificação torna-se a oportunidade para finalizar os arranjos dos novos serviços, por exemplo, matrícula com a escola, jardim de infância ou serviços de saúde locais.
- **Reconhecimento da transição.** Crianças se beneficiam ao receber o suporte adequado para despedirem-se de seus pares (por exemplo, na rua ou no abrigo) e discutir como eles podem continuar em contato. A família e/ou comunidade que estiverem se preparando para o retorno da criança podem querer fazê-lo de forma pública através, por exemplo, de discursos ou uma cerimônia de boas-vindas/transição mais elaborada. É importante que a criança seja informada das expectativas da comunidade e esteja feliz em cooperar.

4.2.4 Apoio após a reunificação

Resumo

As crianças em reintegração se beneficiam do acompanhamento de apoio uma vez que retornem para suas comunidades de origem, incluindo aquelas que voltaram para casa sem a intervenção da agência. É essencial que as agências monitorem atentamente as crianças em seu retorno às famílias. As visitas presenciais são essenciais, embora isso também possa ser parcialmente feito através de ligações. As comunidades podem contribuir para o monitoramento, mas os acompanhantes também devem estar envolvidos.

Crianças, famílias e comunidades vão precisar de diferentes formas de acompanhamento de apoio, que podem incluir a continuação de: apoio na abordagem das causas principais da separação, como a violência doméstica ou a pobreza familiar; assistência para o acesso a serviços básicos como saúde e educação; trabalhar para enfrentar o estigma e a discriminação comumente enfrentados pelas crianças em reintegração; apoio terapêutico e mediação, e apoio para a formação de novas amizades. É vital abordar as causas principais da separação dentro da família e da comunidade para prevenir uma nova separação, e se feita com cuidado, pode fortalecer os esforços mais amplos para evitar separações.

Crianças em reintegração e suas famílias se beneficiam do acompanhamento de apoio. Se os preparativos foram extensos, identificou-se a exigência de pouco apoio pós-reunificação no plano e se todo mundo se sente pronto para esta transição, então a intensidade das intervenções e a duração desta fase pode ser mínima. Em muitos casos, no entanto, há muito trabalho a ser feito a nível individual, familiar e comunitário. Os primeiros meses são normalmente os mais importantes.

O acompanhamento de apoio é tão importante quanto o trabalho feito na etapa preparatória. Menos espaço foi dado a isto neste documento, visto que grande parte das orientações incluídas no ponto 4.2.2 também se aplicam aqui, e, portanto, devem ser revistas.

Monitoramento do bem-estar da criança

É vital que a segurança e o bem-estar de cada criança sejam monitorados cuidadosamente após a reunificação. Conforme descrito no ponto 4.2.2, uma variedade de indivíduos e agências podem estar envolvidos no monitoramento do bem-estar da criança. Também podem ser usadas diferentes formas de acompanhamento, com base nas preferências e necessidades da criança e da família, nos recursos disponíveis (nos níveis de agências, comunitários e familiares), nas distâncias a serem cobertas, preocupações sobre proteção, etc. O monitoramento pode envolver telefonemas para a criança, família ou prestadores de serviços, mas também deve incluir visitas presenciais. Onde um grande número de crianças estão sendo reintegradas, as agências podem complementar o monitoramento e o apoio individual com apoio coletivo, onde as necessidades de um grupo de crianças em reintegração são tratadas coletivamente (por exemplo, através do apoio entre os pares). Recomenda-se que um protocolo interinstitucional estabeleça critérios de referência para o nível e os tipos de contato e apoio que cada criança deve ter após a reintegração. Em seguida, é importante monitorar a segurança e o bem-estar de cada criança para determinar se os critérios de referência estão sendo rotineiramente atingidos e se ações adicionais são necessárias.

Durante a fase de acompanhamento, o acompanhante do caso deve conversar com a criança, pais, irmãos, outros familiares e indivíduos relevantes que tenham um papel a desempenhar no bem-estar da criança (por exemplo, professores, membros de comissões de proteção da criança, líderes religiosos). A equipe terá de conversar com

cada criança reservadamente para identificar quaisquer preocupações. Eles devem procurar por sinais de abuso ou negligência, visto que as famílias e as comunidades podem ser particularmente hábeis em esconder os maus tratos à criança. É importante reconhecer que a situação da família pode mudar ao longo do tempo, e que um bom começo do processo de reintegração nem sempre significa que ele continuará correndo bem. As agências devem garantir que a criança ou alguém que ele(a) confie tenha uma maneira de entrar em contato com o acompanhante do caso e que haja um plano de emergência se a intervenção imediata for necessária.

Note-se que o monitoramento tem o potencial para criar consequências negativas não intencionais (por exemplo, continuar a chamar a atenção para uma criança que foi traficada ou que tenha sido parte de um grupo armado). Os trabalhadores precisarão encontrar uma maneira de realizar discussões discretas e confidenciais. Relatórios de acompanhamento detalhados devem ser escritos pelo acompanhante de caso e os resultados discutidos com um supervisor (e outros prestadores de serviços relevantes) de forma regular¹².

Acompanhamento de apoio

Grande parte da orientação fornecida na seção 4.2.2 sobre a preparação também se aplica a esta etapa. A equipe precisa verificar que o apoio pós-reunificação estabelecido no plano está sendo cumprido e monitorar toda a gama de fatores que afetam o bem-estar de uma criança, incluindo os seguintes:

- Suporte contínuo e novo para abordar as causas principais da violência no lar, como recaídas de dependência, e outros esforços para lidar com o abuso, a violência e a negligência em famílias (ver seção 4.2.2).
- Garantir que as crianças e as famílias tenham acesso contínuo aos serviços de saúde, educação e outros serviços básicos (ver seção 4.2.2).
- Oferecer serviços temporários de alívio, onde as crianças e as famílias podem precisar de curtos períodos de tempo separados (ver seção 4.2.2).
- Monitoramento da eficácia do apoio de fortalecimento econômico e fornecimento de apoio adicional seguindo a orientação oferecida na seção 4.2.2.
- Continuar a apoiar os esforços para abordar o estigma e a discriminação através do trabalho com a comunidade, incluindo líderes religiosos (ver seção 5).
- Fornecer orientação em torno da criação de novas amizades, bem como sobre o restabelecimento das antigas.
- Trabalhar para aproveitar os pontos fortes e a resiliência que as crianças podem ter ganho durante o período de separação. As crianças podem sentir que as habilidades que aprenderam e o orgulho que sentem por serem sobreviventes contrastam com a forma como são percebidos pela comunidade.
- Garantir que as crianças tenham a oportunidade de discutir experiências e receber apoio terapêutico, quando necessário (ver 4.2.2); considere apoio em grupo se os números justificarem o fato.

O apoio pode ser oferecido diretamente pelos acompanhantes de caso ou através de encaminhamento para outras agências, embora os acompanhantes de caso devam sempre coordenar a assistência prestada.

Onde problemas forem descobertos, é importante que a equipe seja capaz de agir. Ações podem incluir uma revisão formal do plano do caso da família (incluindo possivelmente a nova convocação de uma conferência familiar em grupo), o monitoramento mais regular da família e da criança e um maior apoio à família e à criança, através, por exemplo, de um maior apoio financeiro, aconselhamento ou orientação, mais apoio à escolaridade ou o reforço econômico mais eficaz. Finalmente, se a reintegração falhar, a criança precisa ser colocada sob acolhimento alternativo enquanto outras opções são consideradas (ver ONU GA 2010 para mais orientações sobre isso).

12. Pode cobrir (i) o quão bem sucedida a reunificação tem sido até a presente data; (ii) se a continuação do monitoramento é necessária ou não e, em caso afirmativo, quando e com que frequência, ou se o caso pode ser fechado (ver 4.6); e (iii) se quaisquer outras formas de intervenção são necessárias para proteger a criança ou não, incluindo outras formas de apoio para a criança e/ou família. Informações sobre o caso devem ser confidenciais e protocolos de armazenamento de dados devem ser seguidos.

Reunificação espontânea ou repentina

Alguns meninos e meninas voltarão para casa sem a intervenção das agências, ou podem se reunir de repente se, por exemplo, uma instituição fechar. Como todas as crianças em reintegração, elas vão se beneficiar de monitoramento e apoio pós-reunificação, e na verdade podem ter grande necessidade disto visto que elas e suas famílias não estavam preparadas para a reunificação. É importante realizar uma avaliação completa e colocar em prática planos para apoiar estas crianças e as suas famílias. Frequentemente, essas crianças têm prioridade mais baixa visto que os laços com a família parece ter já sido restabelecidos pela criança; no entanto, os problemas em tais casos muitas vezes ocorrem quando o “período de lua de mel” acaba e os conflitos dentro da família aumentaram.

Estratégias de reintegração e prevenção de separação

O processo de reintegração é uma clara oportunidade para as agências se envolverem na prevenção da separação familiar. Visitas às comunidades de origem das crianças como parte dos esforços para monitorar e apoiar a reintegração oferecem uma oportunidade para identificar os fatores que levam à separação, e uma ocasião para abordar algumas das causas principais da separação.

Para reduzir o fluxo de crianças separadas necessitando apoio na reintegração, é importante que:

- as agências estabeleçam um mecanismo interno para apresentar informações relevantes e sistemas de alerta precoces interinstitucionais que indiquem quando os fatores conduzindo à separação estão aumentando;
- gerentes de programas analisem regularmente os dados da agência para tendências em vulnerabilidades para a separação. Esta análise deve ser utilizada de forma coordenada entre as agências para informar as intervenções destinadas a resolver algumas das causas subjacentes comuns para o colapso familiar;
- a equipe utiliza as oportunidades criadas pelas visitas preparatórias e de acompanhamento para resolver as causas principais da separação ao, por exemplo, conscientizar para os riscos de separação ou construir a capacidade das agências no manuseio de comunidades.

Durante todo o processo de reintegração, é crucial que as agências não promovam inadvertidamente a separação familiar, como, por exemplo, ao indicar que as crianças separadas recebem mais apoio que seus pares ao voltar para casa. Há uma necessidade especial de prestar atenção ao planejamento e à comunicação de qualquer apoio material (por exemplo, cama, encargos escolares). As agências são encorajadas a monitorar com a comunidade para descobrir como a assistência tem sido interpretada; se houver qualquer noção de ser um incentivo para a separação, elas são aconselhadas a tomar medidas imediatas.

4.2.5 Fechamento do caso

Resumo

Os casos de reintegração são fechados quando a segurança e o bem-estar da criança estão seguros e os objetivos do plano mais recente foram cumpridos. Este pode ser um processo difícil para a criança e o acompanhante e deve ser tratado com cuidado.

Acabar com o monitoramento ou o encerramento de um caso ocorrem quando o trabalhador está confiante de que a segurança e o bem-estar da criança estão seguros. O encerramento do caso só deve ser considerado quando os objetivos acordados na versão mais recente do plano tiverem sido cumpridos, ou seja, quando houve um progresso adequado em relação aos critérios claros, ou se a criança ou os pais/cuidador o solicitarem de forma proativa. Em ambos os casos, o seguinte processo deve ser seguido:

- revisão de todas as observações e anotações feitas durante todo o período de monitoramento;
- consideração com a criança e a família sobre o progresso global feito a respeito dos objetivos do plano do caso;
- consulta com outros prestadores de serviços (incluindo professores, trabalhadores de saúde, etc.) para obter uma ampla gama de perspectivas; e
- avaliação cuidadosa da probabilidade e da gravidade potencial de riscos para a criança.

Uma vez que toda esta informação foi levada em consideração, o trabalhador pode recomendar que o caso seja encerrado com uma decisão final a ser feita por um supervisor ou pelo painel interinstitucional de revisão do caso.

Como o ponto final da intervenção da agência, o encerramento do caso precisa ser uma meta explícita que é *reiterada em pontos importantes desde o primeiro dia*. Dado o medo compreensível de muitas crianças serem abandonadas pelo acompanhante do caso e/ou sistema de proteção da criança, recomenda-se oferecer um prazo estimado para o processo de encerramento.

A criança pode ter passado meses ou mesmo anos sendo beneficiada com a assistência e o apoio da agência e desenvolveu um vínculo estreito com trabalhadores específicos. Ele ou ela deve ser informado(a), delicadamente, de que as visitas da agência em breve terminarão e quando isso vai acontecer. Toda a documentação atualizada deve ser mantida de forma confidencial, no caso de nova separação ocorrer e casos precisarem ser reabertos. Onde relevante, é importante vincular a criança a quaisquer serviços oferecidos para crianças que saem do acolhimento.

O encerramento do caso pode ser difícil para um acompanhante de caso. No entanto, continuar monitorando uma família quando a criança está segura custa caro e contribui para a dependência deles com a agência. Desde o início, as agências devem evitar a mentalidade de “nossas crianças” se enraizando na equipe, sejam eles pagos ou voluntários; eles devem discutir ativamente e monitorar essas percepções com algum ator baseado na comunidade.

O período de tempo que a agência trabalha com a família depende da rapidez com que avança adequadamente nos pontos de referência claros e estabelecidos no plano acordado, e não deve haver qualquer período de tempo definido ou número de visitas definido. Esta abordagem flexível pode exigir que as agências precisem educar os doadores, os governos locais e outros prestadores de serviços.

5.

TRABALHANDO ATRAVÉS DAS COMUNIDADES E DAS ESCOLAS

Resumo

Além de uma abordagem de trabalho de assistência com as crianças e as famílias individualmente, os esforços com as escolas e as comunidades mais amplas são importantes para que a reintegração seja bem sucedida. Tanto as escolas como as comunidades podem ajudar a combater o estigma e a discriminação, e monitorar e apoiar as crianças em reintegração.

Enquanto uma abordagem de trabalho de assistência com meninas e meninos individualmente e com as suas famílias é vital, a fim de que a reintegração seja bem sucedida, mudanças mais amplas são muitas vezes necessárias para assegurar que as comunidades acolham as crianças que retornam, e que elas e as suas famílias possam receber os serviços de que necessitam. Esta seção aborda o trabalho com comunidades e escolas, com a parte final das presentes orientações oferecendo recomendações para a mudança de políticas para que se possa prestar apoio à reintegração.

5.1 Trabalhando com as comunidades

As comunidades desempenham um papel vital na reintegração das crianças e o fato de elas estarem ou não dispostas a acolher, monitorar e apoiar o retorno de meninos e meninas pode ter um efeito significativo sobre o bem-estar dessas crianças. O papel das comunidades pode ser especialmente importante em locais onde os serviços sociais formais são deficientes. O trabalho com as comunidades pode incluir o seguinte:

- Envolver-se com líderes comunitários ou grupos (por exemplo, comitês de proteção da criança, líderes do vilarejo ou religiosos) para explorar seus sentimentos sobre as crianças que retornam, incentivar uma maior compreensão dos desafios que as crianças enfrentaram enquanto estiveram separadas e ajudar com esforços para reduzir a discriminação contra quem retornou. Aqui, técnicas criativas para a conscientização podem ser úteis (por exemplo, a criação de uma produção teatral que, com sensibilidade, destaca as experiências das crianças e os pontos fortes que elas trazem para a sua comunidade).
- Pedir aos vizinhos que apoiem as crianças a (re)aprender o idioma local ou as tradições.
- Convocar reuniões com as comunidades para explorar quaisquer tensões que possam existir, reconhecendo que estas podem surgir a partir de estigma e discriminação contra as crianças em reintegração, e de crianças que continuam a se comportar de uma maneira que a comunidade rejeita (por exemplo, comportamento sexualizado ou abuso de drogas ou álcool).
- Permitir um diálogo entre a criança/família e a comunidade, caso a comunidade pense que a criança agiu de maneira que rompe com as tradições.
- O uso cuidadoso de cerimônias tradicionais ou religiosas ou reparações na comunidade, se a criança agiu de forma que a comunidade considere ser desonrosa, garantindo que o bem-estar da criança é priorizado e seus pontos fortes também são reconhecidos.
- Onde grandes grupos de crianças estão sendo reintegrados, oferecer suporte entre os pares, como grupos de apoio ou formar pares de cada criança recém-reunificada com um "amigo", que esteja mais adiante no processo. Aqui também pode ser importante oferecer um apoio concreto às escolas para acomodar mais alunos (por exemplo, uma sala de aula adicional).

- Trabalhar com a comunidade para evitar nova separação. Por exemplo, através da conscientização da importância da unidade familiar, formação de grupos de pais para construir mutuamente habilidades parentais/de acolhida ou a criação de cooperativas para aumentar os rendimentos.
- Trabalhar com a mídia local para mudar as atitudes em relação à reintegração de crianças na comunidade. Aqui, a reintegração de crianças e seus pais/cuidadores pode acomodar uma oportunidade para compartilhar suas histórias, embora as crianças e as famílias devam sempre ser capazes de fazer escolhas conscientes sobre esta forma de participação (ver 3.4).
- Processos de reconciliação, de consolidação da paz e de justiça reparadora nos casos onde as crianças que retornam foram envolvidas em/expostas ao conflito ou crime.

5.2 Trabalhando com as escolas

Como observado acima, a educação desempenha um papel essencial na reintegração de crianças separadas, e há muito que as escolas podem fazer para apoiar este processo.

- Compreender qualquer discriminação que provavelmente a criança enfrente na escola nas mãos de professores, pais e alunos, e fazer esforços para combater esta discriminação. Crianças em reintegração devem ser envolvidas nas discussões em torno do quanto suas histórias devem ser compartilhadas com esses grupos.
- Oferecer suporte adicional para ajudar as crianças em reintegração que perderam o ano escolar a se recuperarem.
- Proativamente preparar os pais para a reintegração de grandes grupos de crianças, assegurando-lhes que as crianças que estão retornando e os funcionários da escola continuarão a receber apoio, e que haverá oportunidades para resolver quaisquer problemas que venham a surgir.
- Onde reintegração em larga escala estiver ocorrendo na mesma área, financiar programas de ensino acelerado (com currículo, professores e recursos materiais especializados) e/ou oficiais de reintegração baseados na escola, que possam trabalhar com os alunos individualmente, bem como com todos os funcionários e a comunidade em geral (ver exemplo 7 abaixo).
- Envolver-se com os alunos para ajudá-los a compreender os problemas que as crianças que retornam experimentaram e envolvê-los de forma construtiva para que ajudem as crianças a se reintegrarem na escola e na comunidade.
- Assegurar que as escolas sejam refúgios para as crianças: trabalhar para reduzir a violência nas escolas e tomar medidas para lidar com situações onde as escolas são usadas como terreno para o recrutamento para o tráfico, gangues ou crianças-soldados.

Exemplo 7: Trabalhando com os professores na reintegração de crianças em acolhimento residencial na Moldávia

Na Moldávia, a reorganização do sistema de assistência à infância e o fechamento de instituições de grande escala levaram à reintegração em massa de crianças de volta para suas famílias, escolas e comunidades. Muitas dessas crianças foram colocadas em acolhimento residencial, pois percebeu-se que algumas delas tinham necessidades especiais e assim, como resultado, receberam um currículo modificado. Sabendo que as crianças podem, inicialmente, ter dificuldades nas escolas regulares, e reconhecendo que a forma como foram recebidas nas escolas seria vital para a sua integração nas comunidades, a ONG Partnerships for Every Child - Moldávia treinou professores e o pessoal de apoio ao ensino em educação inclusiva e formas de apoiar crianças em reintegração. Isto tem ajudado a superar a resistência na escola e na comunidade e permitiu uma transição mais suave de volta para as comunidades (Family for Every Child e Partnership for Every Child Moldova 2014).

6.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Resumo

O monitoramento cuidadoso dos processos de reintegração é vital tanto para assegurar a qualidade das intervenções que beneficiam as crianças como para o aprendizado em geral. O monitoramento e a avaliação deveriam ocorrer em três níveis: o caso individual, o programa da agência e, no geral, os esforços para a reintegração oriundos dos diversos atores envolvidos. As crianças, as famílias e as demais partes interessadas envolvidas no processo de reintegração devem ser consultadas sobre o desenvolvimento de indicadores. O aprendizado também deve ser amplamente compartilhado para melhorar a integração e os sistemas de proteção da criança.

Uma forte base de provas é vital para melhorar a aprendizagem em torno da reintegração, para reforçar os programas de reintegração e para oferecer provas quanto ao valor da reintegração.

O monitoramento pode ocorrer em três níveis interligados mas distintos:

- o caso individual: a fim de acompanhar o bem-estar da criança e da família e informar os planos de cuidado
- o programa da agência: a fim de acompanhar o progresso, a qualidade e a eficácia da implementação e informar o planejamento e o desenvolvimento de programas
- os esforços globais de reintegração entre diversos atores: a fim de identificar a cobertura, as lacunas e as boas práticas eficazes.

O monitoramento e a avaliação da reintegração requerem trabalho com todas as partes interessadas para identificar os principais elementos da reintegração “bem sucedida” e para produzir os indicadores de sucesso. De acordo com a definição incluída nestas diretrizes, a “reintegração bem sucedida” deve considerar não apenas se as crianças foram reunidas com as famílias, mas também se elas têm um sentimento de pertencimento e um propósito em todas as esferas da vida. Os indicadores podem ser desenvolvidos por agências individuais ou, no caso de uma resposta coordenada, por um grupo de agências trabalhando em conjunto. Em ambos os casos, os indicadores devem ser desenvolvidos com a participação de¹³:

- crianças atualmente sendo reintegradas, perguntando a elas o que pensam que irá ajudá-las no futuro;
- crianças que foram reintegradas, perguntando a elas o que foi importante para a reintegração bem sucedida;
- crianças locais na comunidade, perguntando a elas o que pensam que ajudaria uma criança a se reintegrar em sua comunidade;
- famílias, perguntando sobre o tipo de apoio que foi importante para elas no processo de reintegração;

13. A informação nesta seção foi retirada do futuro conjunto de ferramentas RISE/Retrak sobre monitoramento e avaliação da reintegração (RISE Learning Network 2016).

- idosos, líderes religiosos ou outros adultos, perguntando a eles sobre os elementos necessários para uma criança para ser aceita e incluída na comunidade. .

Além de ajudar a desenvolver os indicadores, estas consultas também podem melhorar o entendimento sobre reintegração em contextos locais. Tais consultas podem envolver as seguintes questões:

- Como você pode saber se uma criança foi integrada e aceita em sua família e na comunidade?
- Qual o aspecto de uma criança bem integrada? Como agem? Que qualidades possuem?
- Qual o aspecto de uma família acolhedora e protetora? Como agem? O quanto isso é importante para a reintegração?
- Qual o aspecto de uma criança com um forte sentimento de pertencimento e propósito? Como agem? O quanto isso é importante para a reintegração?

Alguns exemplos de indicadores são incluídos na tabela 1 abaixo, que abrange indicadores de resultados (os produtos diretos ou serviços prestados) e as conclusões e os indicadores de impacto (que analisam o sucesso dos esforços para reintegrar uma criança e as mudanças na criança, na família ou na comunidade ou o mais amplo e provável ambiente político para reforçar a reintegração). Estes exemplos são projetados para inspirar considerações sobre a variedade de fatores que afetam a reintegração. Os designers de programas são fortemente encorajados a desenvolver seus próprios indicadores com base nas especificidades de seu programa e nas perspectivas das partes interessadas envolvidas em processos de reintegração.

Ao implementar uma estratégia de monitoramento e avaliação (M&A) é importante planejar e criar um orçamento para M&A desde o início e implementá-lo através de todas as etapas do processo de reintegração. Os gerentes devem incentivar a equipe a ser orientada para a resolução de problemas quando confrontada com desafios em processos de reintegração. Deve-se reconhecer que a reintegração é extremamente difícil e que os processos de reintegração nem sempre ocorrerão de forma tranquila. Quaisquer dados compilados devem alimentar os grandes processos de aprendizagem, para melhorar o desempenho global dos sistemas de proteção da criança.

Exemplo 8: O monitoramento do bem-estar de crianças em programas de reintegração na Etiópia e em Uganda

Na Etiópia e em Uganda, a OING Retrak desenvolveu um modelo para monitorar o bem-estar entre crianças em reintegração e conectadas com as ruas. As avaliações de bem-estar cobrem seis aspectos do bem-estar infantil usando 12 metas mensuráveis em áreas como alimentação e nutrição, saúde, bem-estar emocional, educação e habilidades. Posteriormente às conversas informais com as crianças e suas famílias e à observação do ambiente doméstico por pessoal treinado, o bem-estar da criança é classificado quanto a cada uma dessas metas entre "bom" e "muito ruim". Por exemplo, a saúde emocional das crianças pode ser classificada como "boa", se a criança está "feliz e contente, geralmente bem humorada e com perspectivas otimistas". Seria classificada como "muito ruim" se a criança "parece não ter esperança, está triste, isolada, deseja poder morrer, ou quer ser deixada sozinha". As crianças são avaliadas em intervalos regulares durante todo o processo de reintegração e o apoio oferecido é adaptado para refletir suas necessidades conforme identificadas pelas avaliações. A Retrak também usou os resultados da ferramenta para reforçar sua abordagem mais ampla em reintegração. Por exemplo, a ferramenta mostrou o quanto o bem-estar das crianças diminui com a quantidade de tempo que passam nas ruas, reiterando a necessidade de intervir rapidamente com os recém-chegados e facilitar o seu regresso para casa o mais rápido possível. A ferramenta também mostrou o quanto o bem-estar das crianças melhora com a sua reintegração, oferecendo evidências sólidas do valor do investimento neste processo, as quais a Retrak têm usado em seus esforços de advocacia (Corcoran e Wakia 2013).

Tabela 1: Exemplos de indicadores para o monitoramento de programas de reintegração

Etapa no processo de reintegração	Indicadores de resultados	Indicadores de conclusões e impacto
<p>Delinear, avaliar e planejar</p>	<p>Número de casos de localização de famílias bem-sucedida</p> <p>Número de avaliações individuais feitas com a criança/família/comunidade para determinar a adequação da reintegração</p> <p>Número/porcentagem de crianças em reintegração que têm um plano de caso</p> <p>Número/porcentagem de planos de caso que são revistos regularmente (a cada três meses)</p>	<p>A criança/família sente-se plenamente consultada a respeito das decisões sobre a reintegração/plano de caso</p> <p>Criança/família está ciente sobre o plano de caso (por exemplo, sobre as decisões relativas à reintegração/apoio que receberá)</p> <p>Criança/família sente-se feliz com as decisões relativas à reintegração da criança/plano de caso</p>
<p>Apoio pré-reunificação</p>	<p>Número de reuniões, visitas e telefonemas pré-reunificação</p> <p>Apoio recebido durante a fase de pré-reunificação, como por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número e porcentagem de crianças que estão envolvidas em desenvolver habilidades para a vida e o trabalho/recebimento de atualização na escola • Número de sessões de apoio oferecidas para crianças/famílias • Número de famílias/cuidadores que receberam apoio através de programas de parentalidade • Treinamento em geração de renda ou apoio inicial oferecido às famílias • Número e descrição das atividades de sensibilização realizadas com os professores/líderes comunitários/comunidade em geral • Número de crianças colocadas em acolhimento alternativo seguro/apropriado enquanto aguarda a reintegração • Número de crianças apoiadas para obter documentos de identidade legais 	<p>As crianças demonstram um aumento da confiança e auto-estima</p> <p>As crianças demonstram melhores comportamentos positivos</p> <p>As crianças melhoraram seu nível educacional durante a fase de preparação</p> <p>As famílias das crianças são economicamente estáveis</p> <p>As crianças relatam que estão esperançosas para o futuro</p> <p>As crianças relatam que estão prontas e dispostas a voltarem para casa</p> <p>As famílias relatam que estão prontas para receber as crianças</p> <p>Redução do estigma e da discriminação dentro das comunidades</p> <p>As crianças têm uma relação estável com um cuidador consistente</p> <p>As crianças têm documentos de identidade legais</p>

Reunificação	Número e porcentagem de crianças que foram reunidas com as famílias	<p>Crianças e famílias são capazes de aceitar a reunificação</p> <p>Famílias concordam com um plano de apoio pós-reunificação</p> <p>As crianças se sentem acolhidas em suas famílias</p> <p>Transferência dos arquivos do caso às autoridades locais</p>
Apoio pós-reunificação	<p>Número/regularidade das visitas de acompanhamento e período de tempo pelo qual as visitas de acompanhamento continuam</p> <p>Apoio pós-reunificação recebido, por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número de casos de abuso e negligência relatados (e porcentagem destes que foram atendidos/quem atendeu estes casos) • Número de comitês de proteção infantil baseados na comunidade apoiando as crianças (por 100 crianças na população) • Número de assistentes sociais apoiando as crianças (por 100/1000 crianças na população) • Número e porcentagem de crianças em reintegração ou não com acesso à educação • Número de empréstimos concedidos às famílias • Número de crianças e suas famílias recebendo serviços de saúde e descrição dos serviços 	<p>As crianças têm relações positivas com os pais/cuidadores</p> <p>Pais e cuidadores sentem-se apoiados e são capazes de enfrentar e desafiar qualquer vergonha ou estigma que enfrentem</p> <p>As crianças se sentem seguras nas famílias</p> <p>Casos de abuso infantil são atendidos de forma adequada</p> <p>As crianças melhoraram seu nível educacional durante a etapa de acompanhamento</p> <p>As crianças sentem-se acolhidas e aceitas na sala de aula</p> <p>Crianças/membros da família melhoraram seu estado de saúde</p> <p>As crianças (e membros da família) têm suficientes alimentos para comer durante todo o ano</p> <p>Crianças e jovens não enfrentam estigma e discriminação na comunidade</p> <p>Crianças e famílias são apoiadas para acessar suporte religioso ou espiritual</p>

Resultados e indicadores de impacto do processo global:

- As crianças permanecem com as famílias (após um ano, cinco anos, dez anos)
- As crianças recebem proteção e cuidado das famílias
- As crianças possuem um sentimento de pertencimento
- As crianças possuem um sentimento de propósito em casa/na escola/na comunidade
- Crianças e famílias foram eliminadas do apoio à reintegração (visto que ele não é mais necessário)

7.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES POLÍTICAS

Dar às crianças separadas a oportunidade de voltar à sua família de origem é um direito fundamental e de importância vital para o bem-estar da criança; assim, governos, ONGs, organizações religiosas, agências da ONU e demais devem apoiar a sua reintegração. Isso pode ser um processo complexo e muitas vezes demorado, e o apoio adequado é necessário para a preparação e o acompanhamento.

Há várias prioridades na criação de um ambiente que apoia plenamente a reintegração:

- Criar orientações e políticas de reintegração das crianças a um nível nacional e que sejam de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e que sejam guiadas por outras políticas globais e orientações relevantes, incluindo estas diretrizes.
- Construir uma força de trabalho para o bem-estar infantil com as habilidades e as atitudes necessárias para apoiar a reintegração das crianças.
- Estabelecer um sistema de trabalho para os casos, que apóia as crianças e as famílias através de todas as etapas do processo de reintegração.
- Coordenar e colaborar com os atores que trabalham no setor de proteção das crianças e com os que trabalham em outros sistemas, incluindo saúde, educação, fortalecimento econômico e os que apóiam as crianças com deficiência.
- Reconhecer e apoiar o papel fundamental desempenhado pelas comunidades na reintegração das crianças.
- Trabalhar para resolver as causas principais da separação inicial e recorrente, como a pobreza e a violência.
- Desenvolver estratégias para enfrentar a discriminação contra grupos de crianças em reintegração.
- Avaliar os programas de reintegração e identificar/colmatar as lacunas.

GLOSSÁRIO DOS PRINCIPAIS TERMOS

Para os fins das presentes diretrizes, os principais termos foram entendidos conforme segue abaixo:

Acolhimento alternativo inclui o acolhimento formal e informal de crianças fora do cuidado parental: Quando o acolhimento alternativo é oferecido como medida temporária, enquanto soluções permanentes estão sendo procuradas, ele deve ter o claro propósito de oferecer às crianças um ambiente de proteção e carinho, enquanto são feitos esforços para encontrar casas permanentes para elas. O acolhimento alternativo inclui acolhimento pela família ampliada, acolhimento familiar, vida independente supervisionada e acolhimento residencial (ONU 2009).

Melhores interesses da criança: Em relação aos cuidados das crianças, especificamente, as Diretrizes para o Acolhimento Alternativo de Crianças expressam vários fatores que precisam ser levados em consideração na determinação dos melhores interesses, incluindo:

- a importância de compreender e satisfazer os direitos universais da criança (como expressado pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança) e as necessidades específicas de cada criança;
- equilibrar a segurança e o bem-estar imediatos das crianças com suas necessidades de cuidados e de desenvolvimento em médio e longo prazos;
- reconhecer os problemas associados com as mudanças frequentes de acomodação e a importância de alcançar a permanência nas relações de acolhida;
- a consideração dos vínculos infantis com familiares e comunidades, incluindo a importância de manter os irmãos juntos;
- Os problemas associados com o cuidado em instituições de grande escala.

Na avaliação dos melhores interesses, é importante considerar os pontos fortes bem como os fracos das famílias, para assegurar que os máximos esforços sejam feitos para o desenvolvimento dos pontos fortes. Isto inclui uma avaliação das relações e não apenas uma consideração das necessidades materiais (ONU GA 2010).

Determinação do melhor interesse: Um processo formal, com rigorosas garantias processuais, concebidas para determinar os melhores interesses da criança para decisões particularmente importantes que afetem a criança. Deve facilitar a participação adequada da criança, sem discriminação, envolver tomadores de decisão com áreas relevantes de conhecimento e equilibrar todos os fatores relevantes, a fim de identificar e recomendar a melhor opção (ACNUR 2008).

Trabalho de assistência: O processo de ajudar uma criança em particular (e a sua família) através do apoio direto e encaminhamento para outros serviços necessários, e as atividades que os acompanhantes de caso, assistentes sociais ou outros funcionários do projeto realizam no trabalho com crianças e famílias em resposta às suas preocupações de proteção (McCormick 2011).

Acompanhante de caso/equipe de atendimento: Qualquer membro da equipe ou voluntário que tenha como principal responsabilidade avaliar e acompanhar o progresso da criança através das etapas de reintegração (ou seja, trabalho direto com a criança).

Força de trabalho competente em bem-estar infantil: Uma variedade de trabalhadores (remunerados ou não, governamentais ou não) que formam o pessoal do sistema de serviço social e contribuem para o cuidado das populações vulneráveis. O sistema de serviço social é definido como o sistema de intervenções, programas e benefícios que são fornecidos por atores governamentais, da sociedade civil e da comunidade, para garantir o bem-estar e a proteção de indivíduos e famílias social ou economicamente desfavorecidos (Aliança Global da Força de Trabalho em Serviço Social, atualmente no website).

Fortalecimento econômico: Ações adotadas por governos, doadores e implementadores para melhorar os meios de subsistência. Estes programas podem incluir o treinamento de habilidades, ou microfinanças para empréstimos ou poupanças, esquemas para geração de renda, transferência de dinheiro, de emprego ou de desenvolvimento agrícola, dinheiro ou comida em troca de trabalho, educação financeira, desenvolvimento da cadeia de valor, etc. (adaptado de Chaffin, 2014).

Família: Famílias assumem muitas formas diferentes e podem incluir crianças que vivem com ambos ou somente com um dos pais, ou com pais adotivos, crianças que vivem com madrastas e padrastos, crianças que vivem com membros da família ampliada ou extensa (como avôs(ós), tios e tias, irmãos(ã)s adultos mais velhos), e crianças vivendo com famílias que fazem parte de uma rede de famílias extensas/ampliadas ou amigos próximos (Family for Every Child 2014a).

Kafalá: O compromisso muçulmano em assumir voluntariamente a manutenção, a educação e a proteção de um(a) menor, da mesma forma que um pai/mãe faria por seu/sua filho(a); permite a manutenção dos vínculos biológicos (ISS/IRC 2007).

Reintegração: O processo de uma criança separada fazendo o que é esperado ser uma transição permanente de volta para a sua família imediata ou estendida e sua comunidade (normalmente a de origem), para que possa receber proteção e cuidado além de encontrar o sentimento de pertencer e o propósito em todas as esferas da vida. (BCN et al. 2013).

Serviços temporários de alívio: Acolhimento de uma criança, planejado e a curto prazo, geralmente baseado no acolhimento familiar ou residencial, para dar à família da criança uma pausa no cuidado dela (Tolfree 2007).

Reunificação: A reunificação física de uma criança com a sua família ou cuidador prévio, com o objetivo de esta colocação se tornar permanente.

Proteção social: A proteção social é o conjunto de políticas e programas públicos e privados destinados a prevenir, reduzir e eliminar vulnerabilidades econômicas e sociais para a pobreza e privação. (UNICEF, 2012).

REFERENCIAS

African Child Policy Forum, African Network for the Prevention and Protection against Child Abuse and Neglect, Environnement et Développement du Tiers-monde, International Social Service, Mouvement Africain des Enfants et Jeunes Travailleurs, Plan International, Regional Inter-agency Task Team on Children and AIDS, Regional Psychosocial Support Initiative, Save the Children, SOS Children's Villages International, Terre des hommes, UNICEF, and World Vision International (2013) *Strengthening child protection systems in Sub-Saharan Africa: a call to action. Joint inter-agency statement.* Nova Iorque: UNICEF.

Ashley, C., Holton, L., Horan, H. and Wiffin, J. (2006) *Family group conference toolkit: a practical guide for setting up and running an FGC service.* UK: DfES, Welsh Government and Family Rights Group. Disponível em <http://www.frg.org.uk/online-shop/publications/the-fgc-toolkit>

Associação Brasileira Terra dos Homens (2011) *Growing seeds. Network creation for the implementation of public policies regarding children and adolescents.* Brasil: ABTH.

Better Care Network, Child Protection in Crisis Network, Child Recovery and Reintegration Network, Family for Every Child, International Rescue Committee, Maestral International, Retrak, Save the Children, War Child Holland and Women's Refugee Commission (2013) *Reaching for home: Global learning on family reintegration in low and lower-middle income countries.* Londres: Family for Every Child.

Bilson, A. and Markova, G. (2014) *Overview report on the evaluation of the program 'Strategic deinstitutionalisation and child care reform in Bulgaria and Moldova'.* Bulgária: Know How.

Centre for Rural Childhood (2013) *Feeling and being a part of something better: Children and young people's perspectives on reintegration.* Reino Unido: Centre for Rural Childhood, and Home: The Child Recovery and Reintegration Network.

Chaffin, J. (2014) *The impacts of economic strengthening programs on children.* Nova Iorque: Child Protection in Crisis Network.

Child Protection in Crisis (CPC) Network (2013) *Children and economic strengthening programs: Maximizing benefits and minimizing harm.* CPC Network, Livelihoods and Economic Strengthening Task Force.

Cash Learning Partnership (CaLP), Save the Children, Women's Refugee Commission and CPC Network (2012) *Child safeguarding in cash transfer programming: A practical tool.* Londres: Save the Children.

Child Protection Working Group (2012) *Minimum standards in humanitarian action.* CPWG. Disponível em: <http://cpwg.net/?get=006914|2014/03/CP-Minimum-Standards-English-2013.pdf>

Child Protection Working Group (2014) *Inter-agency guidelines on case management and child protection.* Genebra: CPWG.

Corcoran, S. and Wakia, J. (2013) *Evaluating outcomes: Retrak's use of the Child Status Index to measure well-being of street-connected children.* Reino Unido: Retrak.

Emerging Markets Consulting for USAID (2015) *Promoting family-based care in Cambodia: Evaluation of child care reform projects*. Washington, DC: USAID.

Family for Every Child (2014a) *Towards a family for every child: A conceptual framework*. Londres: Family for Every Child.

Family for Every Child (2014b) *Why care matters*. Londres: Family for Every Child.

Family for Every Child and JUCONI (2014) *Strategies to ensure the sustainable reintegration of children without parental care*. Londres: Family for Every Child.

Family for Every Child and Partnerships for Every Child Moldova (2014) *Longitudinal study of children's reintegration in Moldova*. Londres: Family for Every Child.

Global Social Service Workforce Alliance (current) *The social service workforce*. Disponível em: <http://www.socialserviceworkforce.org/workforce>

HCCH (2008) *The implementation and operation of the 1993 intercountry adoption convention: Guide to good practice* (HCCH 2008). Reino Unido: Family Law.

ICRC, IRC, Save the Children, UNICEF, UNHCR and World Vision (2004) *Inter-agency guiding principles on unaccompanied and separated children*. Genebra: ICRC. Available at <http://resourcecentre.savethechildren.se/sites/default/files/documents/2369.pdf>

International Social Service and International Reference Centre for the Rights of Children Deprived of their Family (2007) *Fact Sheet No. 50*. Genebra: ISS/IRC.

Laumann, L. (2015) *Household economic strengthening in support of prevention of family-child separation and children's reintegration in family care*. FHI 360.

Lovera, J. and Punaks, M. (2015) *Reintegration guidelines for trafficked and displaced children living in institutions*. Nepal: Next Generation Nepal.

McCall, R. B. and Groark, C. J. (2015) Research on institutionalized children: Implications for international child welfare practitioners and policymakers. *International perspectives in psychology: Research, practice, consultation*, Vol. 4 (2), April 2015, p.142-159.

McCormick, C. (2011) *Case management practice within Save the Children*. Londres. Save the Children.

RISE Learning Network (2016) *Monitoring and evaluation of reintegration toolkit*. Family for Every Child, Retrak and University of Bedfordshire.

Save the Children (2013) *Alternative care in emergencies toolkit*. Londres: Save the Children.

Schmid, J. E. and Pollack, S. (2009) *Developing shared knowledge: family group conferencing as a means of negotiating power in the child welfare system*. Practice 21 (3), September 2009: p.175-188.

Tolfree, D. (2007) *Child protection and care related definitions*. Londres: Save the Children.

UN (1989) *The United Nations Convention on the Rights of the Child*. Nova Iorque: United Nations.

UN (1990) *UN Rules for the Protection of Juveniles Deprived of their Liberty*. Nova Iorque: United Nations.

UN (2000) *The Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children*. Nova Iorque: United Nations.

UN General Assembly (2010) *Guidelines for the Alternative Care of Children, GA Res 142, UNGAOR, Sixty-fourth Session, Supplement No. 49, Vol.I, (A/64/49 (2010)) 376*. Nova Iorque: United Nations.

UNHCR (2008) *Guidelines on determining the best interests of the child*. Genebra: UNHCR.

UNHCR (2011) *Field handbook for the implementation of UNHCR BID guidelines*. Genebra: UNHCR.

UNICEF, UNHCR, Save the Children and World Vision (2012) *A better way to protect all children: The theory and practice of child protection systems. Conference report*. Nova Iorque: UNICEF.

UNICEF (2012) *Integrated social protection systems: UNICEF social protection strategic framework*. Nova Iorque, UNICEF.

ANEXO 1.

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DAS DIRETRIZES E AS AGÊNCIAS ENVOLVIDAS

O processo de desenvolvimento das diretrizes envolveu as seguintes etapas.

- Atualização da revisão da literatura anteriormente realizada pelo grupo interinstitucional de reintegração (BCN et al. 2013) para reunir as informações mais recentes sobre os processos de reintegração bem sucedidos.
- Exploração de fatores que contribuíram para as diretrizes interinstitucionais bem sucedidas e a alimentação desses fatores no processo de desenvolvimento destas diretrizes.
- Desenvolvimento de um esboço das diretrizes, seguido de uma reunião que durou dois dias para a revisão do esboço.
- Consultas sobre as diretrizes com um total de 158 crianças e 18 jovens em três países.
- Desenvolvimento do 1º rascunho das diretrizes e compartilhamento para comentários.
- Desenvolvimento do 2º rascunho das diretrizes e discussão durante uma série de reuniões que durou uma semana na Moldávia e na Etiópia, com uma variedade de partes interessadas envolvidas em processos de reintegração. Reuniões presenciais mais curtas também foram realizadas em Ruanda e no Nepal.
- Desenvolvimento do 3º e 4º rascunho das diretrizes e compartilhamento para comentários.
- Finalização das diretrizes e compartilhamento para aprovação.

A Tabela 2 abaixo define o número de agências e indivíduos que fizeram comentários sobre as diretrizes. No total, 26 indivíduos operaram em nível global ou regional e 101 ao nível do país. Os que operaram ao nível do país estavam envolvidos em processos de reintegração em mais de 20 países.

Tabela 2: Número de agências/grupos e indivíduos que fizeram comentários sobre as diretrizes

Tipo de agência/grupo	Número de agências	Número de indivíduos
Agência das Nações Unidas	2	7
Governo	8	13
Doadores	3	5
Empresa de consultoria	2	4
ONG internacional	19	36
ONG nacional	26	40
Organizações religiosas	4	20
Universidade	2	2
Total	66	127

O processo para o desenvolvimento das diretrizes foi determinado por um grupo principal de 14 agências presidido pela Family for Every Child e incluiu representantes das seguintes agências:

Better Care Network, CESVI , CPC Learning Network, ECPAT, Faith to Action Initiative, Friends International, Juconi Foundation, Maestral, Next Generation Nepal, Retrak, Save the Children, USAID, World Vision e UNICEF.

Além disso, um grupo de referência fez comentários sobre o conteúdo das diretrizes. Este grupo de referência é constituído por representantes das seguintes agências:

Associação Brasileira Terra dos Homens, Bethany Global, Catholic Relief Services, Challenging Heights, Chab Dai, Child Fund Uganda, Children Unite, Comic Relief, CMMB-Kusamala Project, EveryChild, ECPAT-Filipinas, Global Social Services Workforce Alliance, Hope and Homes for Children, ISS-Suíça e EUA, KIWOHEDE, Le Strada, Lumos, Mission for Community Development, Partnerships for Every Child Moldova, Projeto Legal, Save the Children Zâmbia, Railway Children, Sanlaap, Shakti Samuha, Strive Initiative, Terre De Hommes, SOS Children's Villages International and SOS Children's Villages EUA, Undugu Society Quênia, World Vision, Women's Refugee Commission.

Os indivíduos neste grupo de referência são os seguintes:

Rebecca Surtees – Instituto Nexus , Claire Cody – Universidade de Bedfordshire, Luke Samuel Bearup – Universidade Deakin.

Estas diretrizes foram aprovadas por:



O desenvolvimento destas diretrizes foi financiado por:

